Secretaria vai punir empresa que forneceu carne de charque deteriorada

Uma comissão constituída de auditores da Secretaria da Cidadania e Justiça constatou, através de inspeção de rotina, que 4.100 kg dos 25.000 kg de carne de charque comprada para alimentação dos 3.500 presos do sistema penitenciário na Paraíba aparentavam não estarem propício ao consumo humano.

A Comissão de Auditagem e Fiscalização Financeira é coordenada pela auditora do Tribunal de Contas da União, Terezinha Cruz, e pelo auditor estadual Rivaldo Costa, que foi o responsável pela inspeção e constatação de que o produto estava impróprio para a alimentação.

Para tirar todas as dúvidas, o secretário Adalberto Targino determinou que fosse realizado um rigoroso exame por um órgão federal, isento e com capacidade técnica para examinar o produto. Para tanto, foi escolhido o Núcleo de Pesquisa e Processo de Alimentos da UFPB que, através de laudo técnico nº 018/99, comprovou que a carne estava imprópria para o consumo humano. O laudo foi atestado pelas engenheiras de Controle de Qualidade, Sônia Maria da Costa Lima e Joana Darc Cabral Campos, e aprovado pelo professor Eriberto José Rodrigues.

Apesar do produto estar em embalagem própria, armazenamento adequado e com 30 dias antes do vencimento, os 4.100 kg do produto estão impróprios para o consumo. Outro fato considerado grave que chamou a atenção dos técnicos contratados pela Secretaria da Cidadania e Justiça é que a data de validade da carne de charque foi impressa em 120 dias, mas sem especificar que a data de fabricação deveria ser impressa igualmennte.

Providências - O Gabinete do secretário Adalberto Targino informou que haverá rigorosas providências legais , para que se evite prejuízo ao Estado de mais de R$ 10.000,00. Dentre as providências que serão tomadas na próxima segunda-feira, destacam-se as seguintes:

01 - Encaminhamento de cópia do processo ao secretário executivo do Procon Estadual, Murilo Bernardo; ao procurador geral da Justiça do Estado, Júlio Paulo Neto; e a criação de uma Comissão Especial, constituída por engenheiros e advogados da Secretaria da Cidadania e Justiça, para que no final seja punida administrativa e penalmente as empresas possivelmente envolvidas, a começar do fornecedor que ganhou a licitação - TP nº 007/98, que é a Comércio e Representação Primor Ltda, situada no Distrito Industrial de João Pessoa, BR-101, Km 1,5, e que tem como diretor-presidente José Henrique Filho.

02 - A empresa deverá ressarcir todos os danos causados ao Estado, entregando novos produtos em substituição aos deteriorados.

03 - Caso não pague integralmente o prejuízo e mesmo assim prove sua inocência e boa fé, a empresa poderá ser declarada inidônea e ser suspensa para contratar com o serviço público no prazo de dois anos, além de responder processo crime.

ContraPonto
João Pessoa, 30 a 05 de Novembro de 2000
Ano 2 - Nº 04 - R$ 1,00

MARCADOS PARA MORRER

A vereadora Cosete Barbosa, o auditor Rivaldo Costa e a juíza Maria das Neves do Egito

Denunciaram terror e corrupção no governo Maranhão e agora correm risco de vida

VEJA COBERTURA COMPLETA NAS PÁGINAS 4, 5, 6 E 7

Secretário ameaça matar auditor

Adalberto Targino, da Cidadania e Justiça, é acusado de espancar e torturar o auditor Rivaldo Costa, que denunciou corrupção na Secretaria. As agressões e ameaças ao auditor foram gravadas e reproduzidas em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Governo Maranhão não se pronuncia sobre o caso e impõe censura à imprensa, na tentativa de impedir que a opinião pública tome conhecimento do esquema de terror, extorsão e corrupção denunciado pelo auditor e outras pessoas.

Na última quarta-feira, 1º, no auditório da Assembléia Legislativa, a Comissão de Direitos Humanos da Casa reuniu-se para ouvir o depoimento da vereadora Cosete Barbosa (PT), vice-prefeita eleita de Campina Grande, sobre as denúncias de prática de tortura e extorsão contra apenados no presídio do Serrotão, daquela cidade. A maioria dos presentes àquela sessão não imaginava, contudo, que na seqüência viriam revelações ainda mais explosivas, desta vez envolvendo diretamente o secretário de Cidadania e Justiça do Estado, Adalberto Targino.

Em depoimento surpresa, previdentemente não anunciado com antecedência pelo presidente da Comissão, deputado Luiz Couto (PT), o auditor de contas públicas do Estado Rivaldo Targino da Costa disse ter sido espancado e ameaçado de morte pelo secretário de Cidadania e Justiça do Estado. As ameaças foram gravadas em fita cassete e reproduzidas durante a audiência, deixando a todos estarrecidos com a denúncia. Na gravação, ouve-se claramente a expressão "Eu vou lhe matar, seu porra!", misturada ao som de pancadas e outras frases tipo "você quer acabar com a Secretaria", ditas por uma voz em tudo semelhante à do secretário Adalberto Targino.

A atitude do secretário está relacionada ao fato de Rivaldo ter apurado corrupção dentro da Secretaria e levado os fatos ao conhecimento do Ministério Público, que encaminhou denúncia à Justiça e um inquérito policial está em andamento. O auditor diz que tomou a iniciativa depois de esperar meses seguidos, em vão, por alguma providência de Adalberto Targino. Quando soube que o caso já se encontrava tramitando na Justiça, o secretário chamou Rivaldo até o Gabinete da Secretaria de Cidadania e Justiça e lá ocorreu o que está relatado em texto preparado pelo próprio auditor e disponibilizado na Internet (em www.verbaspublicas.cjb.net), como medida de segurança.

Nem Adalberto nem o governo fizeram qualquer comentário sobre as denúncias

Além disso, ele reproduziu o conteúdo da fita em CD e distribuiu cópias entre pessoas de sua confiança. Na Assembléia, pediu garantias de vida à Comissão de Direitos Humanos, por não acreditar que o Estado vá lhe fornecer a proteção requerida. Anunciou ainda que vai ingressar com uma queixa-crime contra Adalberto Targino no Tribunal de Justiça do Estado, vez que o secretário tem foro privilegiado.

Adalberto Targino foi convidado para participar da audiência da Comissão de Direitos Humanos, mas por lá não apareceu nem mandou representante. Apenas um ofício, informando que naquela data estaria ausente do Estado, participando de um evento em Fortaleza (CE). O secretário de Segurança Pública, Glauberto Bezerra, também foi convidado. Não compareceu, não se fez representar nem deu qualquer explicação aos deputados.

Até o fechamento desta edição, na quinta-feira, o Governo do Estado não havia se pronunciado sobre o caso do auditor. O silêncio da Granja Santana se fez sentir nas edições do dia 2 dos principais jornais diários da Paraíba. Salvo uma nota ou outra de colunista desavisado, o assunto não mereceu uma linha sequer nos veículos de maior circulação no Estado. Na mídia eletrônica, apenas a FM Arapuan, no programa A Hora da Notícia, comandado por Napoleão de Castro, abordou o caso, entrevistando o auditor e reproduzindo a gravação em que Rivaldo é ameaçado. A TV Tambaú, Canal 5, de João Pessoa, também veiculou matéria sobre o assunto no telejornal da noite, no dia 1º.

Prevendo que o governo agiria no sentido de calar a imprensa local, membros da Comissão de Direitos Humanos e representantes de entidades presentes à audiência anunciaram que as denúncias do auditor Rivaldo, da vereadora Cosete e da juíza Maria das Neves do Egito serão levadas ao conhecimento do Ministério da Justiça, da Comissão de Direitos Humanos do próprio MJ e da Câmara Federal e de organismos internacionais. Parlamentares pediram ainda o afastamento do secretário Adalberto Targino.

AGRESSÃO NO GABINETE DA SCJ

Auditor gravou ameaças de Adalberto Targino

Os dois textos reproduzidos a seguir foram extraídos do *site* instalado por Rivaldo Costa na Internet.

O auditor de contas públicas do Estado da Paraíba Rivaldo Targino da Costa foi agredido e ameaçado de morte pelo secretário da Cidadania e Justiça, José Adalberto Targino Araújo, que não gostou do fato de Rivaldo ter feito uma representação criminal, no Ministério Público, contra o coordenador financeiro Sinval Alves de Carvalho. O Ministério Público, com base no relatório de auditoria elaborado pelo auditor, aceitou a denúncia. O caso está nas mãos do Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de João Pessoa.

"Terça-feira, dia 19 de setembro, por volta de 14 horas, fui convidado a tratar de assuntos administrativos com o secretário. No entanto, no seu Gabinete, fui agredido, escoltado até uma sala, onde me mantiveram preso e obrigaram-me, sob ameaças diversas, a assinar um depoimento ditado pelo próprio secretário Adalberto Targino. Numa verdadeira maratona, que durou cerca de quatro horas de tortura psicológica e agressão física, fizeram-me responder, do modo como queria o secretário, a centenas de perguntas, todas ardilosamente elaboradas por Adalberto Targino, auxiliado por Carlos Roberto Barbosa, defensor público, major Solon Marcelino de Lira e Jair César Miranda Coelho, este major reformado do Exército e coordenador do Sistema Penitenciário", narra Rivaldo, complementando que as perguntas visavam ou elogiar o secretário ou denegrir o próprio auditor.

"Sob humilhação e ofensa moral, tive minha pasta revirada e fui tratado como um animal. Ainda estou com o lado esquerdo do tórax dolorido, devido às pancadas deferidas por Adalberto contra minha pessoa. Como prova, apresento a gravação da agressão. Enquanto a sessão de tortura acontecia, dois guarda-costas do secretário - um dos quais Ângelo Marcelo Pessoa, também chefe de telecomunicações - ficavam de prontidão na porta da sala. Toda a sessão foi gravada num minigravador, estrategicamente colado ao meu corpo", acrescenta.

Num dos trechos da fita, o secretário da Cidadania e Justiça, José Adalberto Targino Araújo, ao agredir o auditor, grita: "Vou matar você, seu porra! Cachorro!". "Você está louco?", responde Rivaldo, que desde 1997 vinha investigando as operações financeiras da Secretaria de Cidadania e Justiça. "Há cerca de uma mês, a Juíza Maria das Neves do Egito denunciou um grupo de milícia formado por Adalberto Targino, com objetivo, entre outros, de torturar presos e de intimidar-me", conclui Rivaldo.

Segundo Rivaldo, no dia 21, o secretário Adalberto Targino lhe telefonou (às 13:37, do telefone 832413754, para o telefone 839860818), pressionando-o para que o caso não fosse levado ao conhecimento do público. "Voltou a ameaçar-me, quando me disse já ter dado seis tiros na boca de uma pessoa", disse.

O auditor vai levar o caso ao conhecimento do Ministério Público, assim como representar criminalmente o secretário da Cidadania e Justiça do Estado da Paraíba, José Adalberto Targino Araújo. Além disso, Rivaldo também vai informar os órgãos de Direitos Humanos e as organizações internacionais que trabalham contra a corrupção.

Rivaldo relata a corrupção na SCJ

A sociedade já não suporta conviver com gatunos, larápios e ratazanas, que, embora de espécimes diferentes, são todos dilaceradores do Erário e, como quirópteros vampiróides, patrocinam a sangria dos Cofres Públicos, sendo os responsáveis maiores pela miséria do povo brasileiro". Com essa citação, o auditor Rivaldo Targino inicia o relatório de auditoria de 348 páginas que deu início ao processo criminal que tramita na Justiça. Em seu relatório, o auditor relata inúmeros casos de empresas laranjas, principalmente do ramo de automóveis. Cita que houve um gasto de R$ 228.643,05 em manutenção de apenas sete veículos, feita por empresas de parentes do coordenador financeiro Sinval Alves de Carvalho.

Uma outra empresa, de nome Encoplast, pertencente ao próprio coordenador financeiro, tem trânsito livre na Secretaria. Rivaldo também denuncia a empresa Primor - Comércio e Representações Ltda., que, apesar de ter vendido carne estragada para alimentar os presos, entre outras irregularidades, continua a negociar com a Secretaria de Cidadania e Justiça, responsável pela alimentação de cerca de 4.000 presos. Ao final da representação que fez ao Ministério Público, o auditor da Paraíba denuncia vários servidores por formação de quadrilha, prevaricação e improbidade administrativa.

Rivaldo está reforçando o pedido de garantia de vida que já havia sido feito ao Ministério Público, que ofereceu a denúncia ao Poder Judiciário. "Estou pedindo garantia de vida à Justiça, pois o secretário da Cidadania e Justiça demonstrou seguir a linha de Adolf Hitler e é capaz de tudo, até mesmo de matar ou mandar matar o próximo. É uma grande contradição um homem assim ser secretário da Cidadania e Justiça, pois de fato ele representa o contrário dos Direitos Humanos no País e ainda vive nos tempos da ditadura militar", disse.

Secretário apontado como mandante de tortura

Ainda no texto veiculado via Internet, o auditor Rivaldo Costa comenta a prática de tortura patrocinada por uma milícia que ele diz ser comandada pelo próprio secretário Adalberto Targino.

Devido ao trabalho sério que desenvolveu na Secretaria de Cidadania e Justiça da Paraíba, combatendo a corrupção generalizada, Rivaldo já foi homenageado publicamente pelo Juiz de Execuções Penais, Hitler Cantalice, já falecido. Agora, ameaçando de morte um auditor do Estado, a situação do secretário da Cidadania e Justiça José Adalberto Targino de Araújo complicou-se ainda mais - e o caso é de grande gravidade.

Não bastassem as constantes fugas da Penitenciária de Segurança Máxima Sílvio Porto, a formação clandestina de um grupo de milícia para torturar presos e intimidar fiscais, a recente queda do muro do Presídio do Róger, onde estão mais de 700 presos, há um caso de corrupção, agravada com ameaça de morte.

No último dia 12 de agosto, 16 presos foram torturados por um grupo de milícia formado por 12 homens encapuzados, todos ligados ao secretário Adalberto Targino, fato este denunciado pela juíza Maria das Neves do Egito, da Vara de Execuções Penais da Capital. Com a palavra, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que objetiva, através do Plano de Segurança Nacional, moralizar o sistema penitenciário brasileiro, pois, "bandido não pode cuidar de bandido", como disse o auditor, engenheiro e escritor Rivaldo Targino.

"Sugiro uma auditoria nas verbas destinadas à construção de presídios na Paraíba, para onde foram carreados milhões e milhões de reais, através de convênios assinados entre a Secretaria da Cidadania e Justiça e o Ministério da Justiça", pondera, com base no fato de que todas as operações financeiras eram gerenciadas pelo coordenador financeiro Sinval Alves de Carvalho, já denunciado pelo Ministério Público, através do processo 20020000016780-5, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca de João Pessoa.

Isso é só a ponta do iceberg. O golpe contra o Erário deve ultrapassar a cifra de milhões de reais e os culpados não podem ficar impunes, sob o sol escaldante do sertão da Paraíba. Em todo caso, o auditor Rivaldo Targino, resignado, acredita não haver envolvimento do governador José Targino Maranhão, "que adotou a austeridade como princípio administrativo".

Rubens Nóbrega

Folha corrida

A Paraíba passou a figurar com maior destaque nas preocupações das organizações locais, regionais, nacionais e internacionais de direitos humanos a partir do governo Maranhão. Entidades como a Anistia Internacional, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ou a Human Rights Watch indexaram este Estado entre os patronos e promotores de violações as mais graves contra a vida e a dignidade humanas.

A Human Rights Watch, uma das mais respeitadas organizações nesse campo, ressalta em um de seus relatórios a chacina ocorrida no presídio do Róger, de João Pessoa, em 29 de julho de 1997. Lembra que naquela data a Polícia Militar entrou na penitenciária para por fim a um motim no qual um grupo de presos mantinha como reféns o diretor, três guardas e outros dois presos.

"Exames médicos subsequentes demonstraram que sete dos oito presos mortos nessa operação foram severamente espancados e provavelmente torturados antes de serem sumariamente executados, conclusão esta aceita pelo próprio Governador do Estado", diz o documento da Human Rights Watch. Mas não fica só nisso.

"Dois meses depois, a polícia militar respondeu a nova rebelião no mesmo presídio matando um detento. Investigações da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de João Pessoa mostraram que os presos estavam armados apenas com paus e que a resposta da polícia fora, no mínimo, desproporcional. Em outubro, mais dois presos foram mortos durante tentativa de fuga", revela a entidade.

O relatório não menciona o fato de que, antes mesmo de qualquer apuração, o governador José Maranhão foi pessoalmente cumprimentar os policiais envolvidos na chacina e chegou mesmo a promover alguns pelo suposto ato de bravura.

No dia do massacre, o secretário de Cidadania e Justiça, Adalberto Targino, não se encontrava em João Pessoa. Retornando à Paraíba e também sem que se tivesse aberto sequer uma sindicância, afirmou em entrevista a uma emissora de rádio local que os PMs envolvidos no caso do Roger agiram no "estrito cumprimento do dever".

Dias depois, percebendo a impressão tremendamente negativa que tais atitudes provocaram na comunidade paraibana e na sociedade brasileira, o governo Maranhão mudou radicalmente de comportamento. Aconselhado por seus marketeiros, entre eles o publicitário Duda Mendonça, pago a peso de ouro com recursos públicos para fazer a imagem do "chefe", o governador convocou a imprensa para anunciar que estava punindo exemplarmente os responsáveis pela chacina do Roger.

Depois daquele teatro, o governo botou uma pedra em cima desse assunto e, claro, ninguém mais ouviu falar sobre o que realmente aconteceu aos peixes miúdos castigados pelo governo. Se é que, de fato, algum castigo houve. Dos graúdos, oficiais da PM e secretários da área, nem fumaça de punição.

Não é difícil, portanto, entender a postura deste governo em relação a questões tão graves como essa. Afinal, é o mesmo governo que expulsa os sem terra da Praça João Pessoa enquanto a cidade dorme e o cassetete da polícia come o couro de homens, mulheres e crianças acampados em frente ao Palácio da Redenção.

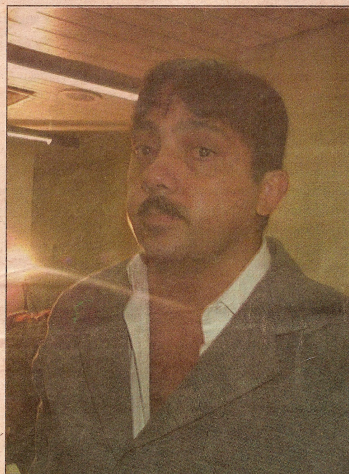
É o mesmo governo de um governador denunciado na imprensa nacional como coiteiro de um homicida foragido da Justiça, acusação que jamais respondeu. É o mesmo governador que protege, com sua maioria na Assembléia, o deputado Aércio Pereira (PFL), apontado como autor da morte da jovem Márcia Barbosa, que teve seu corpo ocultado após ter sido esganada em um motel de João Pessoa.

É o mesmo governo que por proezas desse naipe obriga o Comitê de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos – a pressionar o governo FHC para que faça gestões junto a José Maranhão no sentido de liberar sua bancada do constrangimento de manter Aércio Pereira livre do processo criminal.

É o mesmo governo que convoca tropas e tanques do Exército para reprimir grevistas de sua própria Polícia Militar. É o mesmo governo que censura a imprensa e apreende câmeras de jornalistas que cobrem essas atrocidades. É o mesmo governo que, diante de denúncias como as formuladas por Cosete Barbosa, vem a público dizer que a moça só faz isso porque quer "aparecer" e faturar politicamente em favor dos Cunha Lima.

O governo Maranhão é o mesmo que tem a desfaçatez de anunciar ter celebrado convênio – e com isso recebe verbas federais – para um programa de proteção a testemunhas quando tal serviço simplesmente não existe no Estado. E, se existisse, deveria ser coordenado e executado pela sociedade civil, com apoio governamental, a exemplo do que ocorre – e bem – em Pernambuco.

AS DENÚNCIAS DO AUDITOR DA CIDADANIA

O auditor Rivaldo Targino, autor das denúncias sobre corrupção na Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado

Documentos comprovam a corrupção no Governo

E VEM MAIS POR AÍ

VEJA COBERTURA COMPLETA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7

Maranhão cobra imposto de remédio e isenta usineiros

PÁGINA 2

Domiciano Cabral faz a sua opção por Ney Suassuna

PÁGINA 3

Confirmadas as irregularidades no balanço da Saelpa

PÁGINAS 9 E 10

Editorial

Os porões do Governo

Pouco a pouco, os paraibanos vão tendo a oportunidade de conhecer os porões do Governo da "austeridade e do desenvolvimento". É o que se pode chamar de a face obscura da administração que a milionária campanha publicitária que desenvolve pela Televisão e pelos jornais, não mostra.

No caso das torturas no Presídio do Serrotão e em outras unidades penitenciárias do Estado, o Governo expôs as suas entranhas quase sempre marcadas pela omissão ou pela desfarçatez.

Infelizmente, o que se viu das denúncias foi o dinheiro público empregado até na compra de instrumentos de tortura, inclusive na aquisição de máscaras para esconder a face e proteger a impunidade dos algozes. O próprio Governo do sr. José Maranhão foi flagrado patrocinando práticas ilegais e criminosas contra a dignidade e a integridade física de seres humanos.

O que o jornal CONTRAPONTO fez, ao divulgar tais práticas, com ampla repercussão na opinião publica, não o fez em nome do exercício do papel de

jornal de oposição. O jornal, mais uma vez, se limitou a cumprir a sua missão de jornal independente apenas comprometido com a divulgação dos fatos.

A ameaça de morte contra autoridades da maior respeitabilidade e insuspeição, como a Juiza Maria das Neves do Egypto, a vereadora Cozete Barbosa e o auditor Rivaldo Costa, por si só, revela o clima de terror, que se instaurou no Estado e o grau de degradação da administração pública na Paraíba, nos dias atuais.

Tudo isso pode ser resultado da tolerância do Governo com o crime, a violência e com o desrespeito aos direitos da pessoa humana. Não seria de todo inoportuno lembrar que o Governo do sr. José Maranhão tem esqueletos guardados nos armários da impunidade, podendo-se citar entre os mais notórios, as duas chacinas, a do Róger e a de Alhandra, com envolvimento direto do aparelho de segurança do Estado, cujo nível de violência e perversidade, no episodio, ganhou repercussão nacional e internacional para vergonha de todos os paraibanos.

Um Governo que se diz austero tem a obrigação de zelar pela lei e pelo respeito aos direitos da pessoa humana. Torturar presos e ameaçar de morte autoridades constituídas que, no estrito cumprimento do dever, denunciam essas atrocidades, implica, necessariamente, em conduzir a Paraíba a um regime pleno de barbárie.

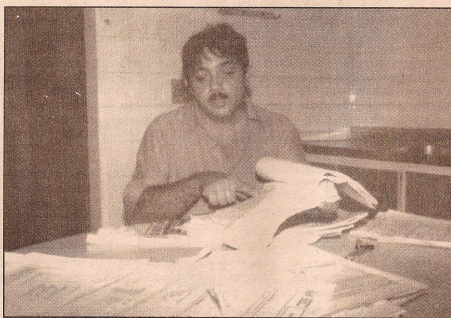
CORRUPÇÃO NO GOVERNO

Auditor admite fazer novas revelações

O auditor Rivaldo Targino da Costa, autor de denúncias que identificam corrupção dentro do governo estadual, localizada na Secretaria da Cidadania e Justiça, deve prestar novo depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa nesta terça-feira, 14. Segundo admitiu ao Contraponto, está disposto a revelar novos fatos de gravidade que comprometeria ainda mais o secretário de Cidadania e Justiça do Estado, Adalberto Targino, a quem acusa por agressões físicas e ameaças de morte.

Rivaldo não quis adiantar que fatos novos seriam esses, mas garantiu que, mais uma vez, tudo o que disser será baseado em provas documentais, a exemplo do que fez no depoimento anterior, dia 1º deste mês, e também junto ao Ministério Público estadual, desde 12 de maio deste ano. Sua recusa em antecipar denúncias mostra o quanto está precavido, em razão das ameaças que sofreu e vem sofrendo.

Temeroso do que possa acontecer à sua vida e a de seus familiares, Rivaldo tem aproveitado as férias forçadas (até esta segunda-feira, 13) para se esconder em casas de parentes, enquanto organiza documentos e coleta dados para subsidiar entidades e instituições que possam se interessar por sua causa. "Não posso adiantar nada, porque eles podem tentar impedir a divulgação oficial dessas provas, inclusive promovendo represálias contra outras pessoas", disse.

Apesar de ter solicitado garantias de vida ao Ministério Público e aos deputados de oposição que repicam as denúncias do auditor, até a última sexta-feira, 10, Rivaldo tinha como única proteção a certeza de que as notícias sobre o caso na imprensa inibiram fortemente a ação das pessoas que denunciou. De qualquer sorte, trata-se de um cidadão com a vida ameaçada e em qualquer Estado governado com um mínimo de seriedade ele já andaria por aí devidamente guarnecido pela força pública.

O auditor Rivaldo com seu dossiê de mais de 300 páginas de documentos

De outro lado, a própria Comissão de Direitos Humanos da Assembléia não havia tomado qualquer iniciativa prática e concreta no sentido de oferecer proteção ao auditor. Até a quinta-feira, 9, no gabinete do deputado Luiz Couto (PT), presidente da Comissão, ainda se discutia a possibilidade de envio de ofício ao Ministério da Justiça ou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ou a quem mais de direito pedindo garantias de vida para o auditor.

Rivaldo não mais integra a comissão de fiscalização da Secretaria de Cidadania e Justiça, por motivos óbvios. Foi devolvido à Secretaria de Controle da Despesa Pública há mais de um mês, após ter denunciado corrupção na SCJ. Não sabe como será recebido nem como vai trabalhar no órgão de origem, já que o próprio governo, através de alguns de seus mais prestigiados porta-vozes, cuidou de tentar desqualificá-lo perante a opinião pública.

Além da exposição na mídia, que lhe garante aparente imunidade contra possíveis ataques dos seus agora inimigos dentro do governo, confia que entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil possam lhe dar algum apoio mais consistente que o recebido até agora. Nessa direção, gostou de saber que a advogada Nadja Palitot, membro do Conselho Federal da OAB, foi até Brasília e lá apresentou o caso do auditor versus secretário de Cidadania e Justiça, além de denúncias sobre tortura e extorsão nos presídios paraibanos.

Segundo Nadja, o Conselho da Ordem ficou de enviar uma comissão à Paraíba para verificar o que está ocorrendo. Nesse meio tempo, tentará emplacar na chamada grande imprensa do país as denúncias do auditor e as ameaças de morte feitas também à vereadora Cosete Barbosa (PT de Campina Grande) e à juíza Maria das Neves do Egito, da Vara de Execuções Penais de João Pessoas.

Elas também fizeram graves e comprovadas denúncias sobre a ocorrência de torturas nos presídios e outras irregularidades no sistema penitenciário do Estado. A juíza confirmou a existência de uma milícia privada que seria patrocinada pela própria Secretaria da Cidadania de Justiça, com o objetivo de também torturar apenados, intimidar e até mesmo eliminar quem se coloque contra tais práticas nos porões do governo Maranhão.

Da pizza na SCJ à denúncia à Procuradoria

Durante todo o ano de 1998 e até março de 1999, o auditor Rivaldo Targino da Costa investigou empresas que prestavam serviços ou forneciam produtos à Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado. Levantou diversas irregularidades, a maioria das quais envolvendo nada menos que o coordenador da Unidade Setorial de Finanças do órgão, Sinval Alves de Carvalho.

No dia 23 de agosto do ano passado, Rivaldo encaminhou o relatório da auditoria ao secretário Adalberto Targino, confirmando as irregularidades, fundadas em documentos, sugerindo providências subseqüentes e solicitando garantias "para o exercício do dever funcional, inclusive quanto à minha integridade física". A iniciativa do auditor está registrada no ofício nº 030/99, daquela data.

Adalberto Targino determinou a formação de uma comissão processante para apurar as denúncias do auditor, mas somente o fez em março deste ano, ou seja, quase oito meses depois de receber o relatório de Rivaldo. Na sindicância, rapidamente ficou comprovada a procedência do apurado pela auditoria. Apesar disso, não se tem notícia de qualquer ato posterior do secretário com vistas a identificar responsabilidades e punir quem foi encontrado em culpa.

Rivaldo não digeriu a pizza. No dia 12 de maio deste ano, foi bater na porta do Ministério Público estadual, dirigindo-se ao procurador-geral de Justiça, Júlio Paulo Neto, a quem pediu uma ação penal pública como forma de reparar danos aos cofres públicos e restabelecer a moralidade nos negócios da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado.

A Procuradoria de Justiça acolheu a denúncia e impetrou a ação solicitada, que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública, em João Pessoa, aguardando resultado de inquérito policial aberto para investigar os fatos. Aí, o bicho pegou. Quando soube, em princípios de setembro, que as maracutaias levantadas em sua Secretaria eram agora objeto de ação na Justiça, Adalberto ficou uma fera, chamou o auditor ao gabinete e deu-lhe um corretivo.

A partir daquele incidente, ocorrido na tarde de 19 de setembro, Rivaldo decidiu tornar pública a agressão e ameaça de morte que sofrera no gabinete do secretário de Cidadania e Justiça. E o fez na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado, em audiência no dia 1º deste mês.

O mundo governamental veio abaixo. Um auditor de contas publicas do Estado espancado e ameaçado de morte pelo Secretário de Cidadania e Justiça. Não foi uma denúncia qualquer: o agredido e ameaçado portava uma gravador no momento da agressão e da ameaça e toda a ira do secretário ficou registrada em fita cassete, com frases tipo "Eu vou lhe matar, seu porra!"

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

1

OFÍCIO N.º 030/99-Comissão de Fiscalização — João Pessoa, 23 de agosto de 1999.

Senhor Secretário,

Com os meus cumprimentos, volto à presença de V. Exa. para encaminhar relatório circunstanciado (em anexo) acerca das atividades irregulares do Coordenador da Unidade Setorial de Finanças, Sr. Sinval Alves de Carvalho, e demais envolvidos no "Cartel das Oficinas", através do qual "agentes laranjas" e parentes são utilizados para exaurir os recursos públicos e as dotações orçamentárias.

Os fatos a seguir evidenciados são tão graves que urgem providências cabíveis, no sentido de que maiores danos ao Erário sejam evitados, o dinheiro usurpado devolvido aos Cofres Públicos, sem prejuízo da ação penal pertinente.

Outrossim, solicito a V. Exa. garantias para o exercício do dever funcional, inclusive quanto à minha integridade física, no decorrer ou após todo o processo administrativo ou penal que venha a ser aberto em virtude do relatório em anexo, que contraria interesses espúrios do poderio econômico pr[illegible].

Atenciosamente,

RIVALDO TARGINO DA COSTA
Auditor de Contas Públicas
(à disposição da SCJ)

Ao Exmo. Sr.
Dr. JOSÉ ADALBETO TARGINO ARAÚJO
DD. Secretário da Cidadania e Justiça

Ofício do auditor ao secretário, de 23.11.99

Governo confirma tortura e ameaça

O governo Maranhão demorou uma semana para articular uma defesa e montar uma estratégia de mídia para o caso. Enquanto isso, cuidou o quanto pôde de evitar que o assunto fosse repicado na imprensa local. A resposta do Palácio da Redenção foi ouvida no plenário da Assembléia Legislativa, no dia 7, uma terça-feira, através da voz autorizada e categorizada do líder do governo na Casa, o deputado Gervásio Maia (PMDB).

Na versão da Granja Santana, o auditor Rivaldo Targino Costa é um desequilibrado, tentou matar o secretário Adalberto Targino e o culpado pela corrupção na SCJ é o deputado Arthur Cunha Lima (PMDB), que ocupava aquela Secretaria no ano (1996) em que foi levantado superfaturamento no conserto de veículos do órgão. E pronto!

Para dar credibilidade às suas afirmações, Gervásio chegou mesmo a exibir uma declaração, assinada por assessores do secretário, atestando que Rivaldo, alcoolizado, ingressara de forma ameaçadora no gabinete de Adalberto Targino, portando uma faca amolada dos dois lados. Em aparte, outro deputado governista, Jacinto Dantas, também do PMDB, reforçou que já presenciara uma cena em que o auditor teria ameaçado de morte o coordenador de Finanças, Sinval Carvalho.

Após ouvir tais acusações, imediatamente o deputado Arthur Cunha Lima desafiou o governo a permitir a instalação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembléia, para apurar todas as denúncias feitas pelo auditor, envolvendo inclusive o ano de 1996. Significa que, uma vez instalada a CPI, ele próprio, Arthur, teria a sua gestão na SCJ investigada. Um gesto de quem realmente não tem o que temer.

O líder de Maranhão não deu resposta ao desafio, mas o secretário de Comunicação do governo, Luiz Augusto Crispim, disse, no dia seguinte, qual era a posição do governador. CPI? De jeito nenhum. "Só vai servir de palanque", emendou. E declarou "absolutamente encerrado" o assunto.

Apesar dos esforços e dos generosos – nem tanto! – espaços que a versão do governo mereceu na imprensa diária da Paraíba, o líder Gervásio Maia deixou escapar uma declaração que traduz bem o que ele e o governo que representa pensam disso tudo. Sobre torturas em geral, o deputado disse que elas de fato ocorrem nos presídios e cadeias da Paraíba e isso faz parte da "nossa" cultura. Eis, portanto, algo a ser encarado com uma naturalidade tão natural quanto as congratulações que o deputado recebe por defender o governo Maranhão com tamanho brilho.

Em entrevista ao programa Rádio Verdade, da Arapuan FM, minutos depois de ter cometido aquela pérola sobre torturas em plena tribuna da Assembléia, Gervásio praticamente atestou a autenticidade da fita em que o auditor é ameaçado pelo secretário. Mas, observou, não sabe se trataria o denunciante com tanta "gentileza" assim, caso estivesse no lugar de Adalberto Targino que, insiste, teria agido daquela forma sob impacto da suposta ameaça feita por Rivaldo.

Referia-se, é claro, à famosa faca de matar búfalo que ainda estão por arranjar e apresentar ao distinto público como prova de que o auditor – e não o secretário – é pessoa capaz de matar o semelhante. Rivaldo rebate tal acusação e chama a atenção para o fato de que, após a sua saída da SCJ, teve o seu birô de trabalho arrombado e removido da sala onde dava expediente. Em uma das gavetas do móvel, confirma, guardava um desses instrumentos de retirar grampo de papel, parecido com um pequeno punhal. Talvez seja essa a "arma" e o pretenso trunfo do governo nessa história.

Rubens Nóbrega

Um "desequilibrado" muito preparado

O auditor Rivaldo Targino da Costa foi acusado de ser um "psicopata", na definição de colaboradora muito próxima de Adalberto Targino, secretário de Cidadania e Justiça. Deputados governistas chamaram o rapaz de "desequilibrado".

Para mostrar que não é uma coisa ou outra, Rivaldo está disposto a fazer qualquer tipo de exame e assim provar a sua sanidade mental. Diz que poderia, por exemplo, submeter-se a mesma bateria de testes psicológicos e psicotécnicos por que passou quando concorreu em 1988 a uma vaga de Engenheiro Químico da Petrobrás.

Naquele concurso, o hoje auditor ficou entre os 30 melhores engenheiros químicos do país. Só ele da Paraíba no meio de cobras do Sul-Sudeste, região de origem da maioria dos classificados. Passou dois anos fazendo um curso de Processamento Petroquímico no Polo de Camaçari (BA), onde estudou mais de 800 horas (o equivalente a duas especializações, em nível de pós-graduação) recebendo bolsa da companhia. Só não ficou empregado, ao final do curso, porque veio o governo Collor e proibiu novas contratações nas estatais.

A propósito, o "desequilibrado" tem mania de ser aprovado em concurso público, geralmente entre os primeiros colocados. Ele foi primeirão, por exemplo, em concurso de provas e títulos promovido pela UFPB no ano de 1995 e contratado como Engenheiro da Universidade. Na mesma instituição, fez o seu Mestrado em Engenharia Química (no Campus de Campina Grande). Também trabalhou na Escola Técnica Federal e no Ibama, é professor de Inglês e escritor.

Se quisesse, talvez nem precisasse do currículo de tanta substância. Poderia ter recorrido a um famoso conterrâneo seu, de Araruna, que pode até ser padrinho de batismo do rapaz, para tentar um lugar de funcionário bem remunerado no Estado.

O conterrâneo em questão atende pelo nome de José Targino Maranhão, é atualmente Governador do Estado e foi compadre do pai de Rivaldo, Francisco Targino da Costa, o agente fiscal Zizi de Tota, já falecido.

Rivaldo, contudo e diferentemente de outros parentes do governador, não se valeu do compadrio nem da descontração de momentos festivos e bajulatórios, como aniversários do chefe na Granja Santana.

O auditor já participou de efemérides em homenagem ao dono do poder. Poderia ter aproveitado para pedir uma boquinha, uma aspone, uma dessas milhares de sinecuras com que Maranhão vem contemplando os amigos e afilhados.

Rivaldo não fez nada disso. Optou por fazer concurso público e ingressar nos quadros funcionais do Estado pela porta de frente, devidamente aprovado como auditor de Contas Públicas.

Deveria, após o concurso, ter ficado no Tribunal de Contas. Preferiu sua lotação na Secretaria de Controle da Despesa Pública, onde, acreditava, "poderia dar uma maior contribuição a este governo". Do Controle, foi requisitado para a Cidadania e Justiça, onde também acreditava que poderia dar uma contribuição maior ainda. De fato, o que fez e faz pelo Estado é digno de louvor. Já para o governo Maranhão...

Na escala de valores do círculo do poder, é bem capaz de sujeitos como esse Rivaldo serem tidos realmente como loucos. Ou idiotas. Afinal, zelar pelo patrimônio público, vida e dignidade humanas, deve ser uma grande besteira, uma tolice que só merece vectras gargalhadas e crispas ironias.

Não se espere deste governo, portanto, humildade para reconhecer erros nem a correção de querer corrigí-los.

Enfim, até aqui e prova em contrário, desde que prova séria, responsável, conseqüente, e não ridicularias como essas expostas pelo governo, Rivaldo Targino da Costa é um cidadão decente, um profissional competente e merece respeito.

Osvaldo Duda

A tortura em Ascensão

A América Latina, significativa parcela habitacional do globo terrestre, onde concentrados estão os maiores bolsões de miséria do Mundo, além de, verdadeiramente, convulsionada pelos díspares e multifacetados problemas sociais que atingem, de morte, os endêmicos e paupérrimos países que a integram, avulta, agora, mais do que nunca, de forma assustadora, o seu leque de preocupações, com o emprego da <u>tortura</u> a presos políticos e apenados, por sanguinários componentes do Poder Público, travestidos de agentes da legalidade a serviço de um leviano estado democrático de Direito.

Muitos desses países, ainda submersos, vergonhosamente, num sórdido processo de ditadura militar, e de "fugimorização", portanto, com nuanças de disfarçada democracia, sufocando, por completo, o grito lancinante do amargurados da sorte, quando lutam ordeira e, pacificamente, por um mínimo de dignidade humana, têm-se revelado enfraquecidos e pusilânimes, ante a palavra suprema das Nações desenvolvidas, no Mundo, e, acima de tudo, pelo predomínio secular do capital estrangeiro, que amesquinha e escravizam em todos os sentidos os cognominados países do terceiro mundo.

Nesse famigerado encarte, lamentavelmente, situa-se o Brasil, anabolizado por um sistema político de corrupta globalização, contemplando-se, pelas vias inconfessáveis da aquisição indecente, com sólido patrimônio todos aqueles que já são reconhecidamente ricos, e tornando <u>miseráveis</u> aqueles que, estatisticamente, componham, até então, o rol dos que, apenas, eram e continuam pobres, acolitados, também, nesse processo humilhante, por negros, gays e prostitutas.

Os grandes periódicos do país em recente edição e tiragem, proclamaram que Nigel Rodley, o relator especial da Organização das Nações Unidas para a Universidade de Oxford, revelou-se estupefato com o gravíssimo índice de <u>tortura</u> aplicada a apenados brasileiros por agentes estatais incumbidos da segurança pública, verdugos esses egressos dos contingentes das políticas civil e militar, além doutros pertencentes ao falido sistema carcerário do nosso país.

E o que é pior: se não com o apoio expresso dos governante, mas com a velada aprovação de todos eles, ante a deslavada omissão a tamanhas atrocidades.

Alguns daqueles, segundo o relato de Redley, incidem, apenas, na figura típica do mero partícipe, responsável, assim, pela ação intimidativa.

Outros, não. Constituem-se em verdadeiros bandidos e facínoras, com o macabro encargo da matança, formando "grupos ou quadrilhas de extermínio", como expiação final aos desviados da conduta a do comportamento ético, em sociedade.

Na Paraíba, mitigada área territorial dessa mesma América Latina, sacudida pelo mesmo cataclismo, segundo consta, tem ocorrido seqüenciadas torturas a presos da justiça, só que, no limbo da clandestinidade e do esquecimento.

Simplesmente, pela mordaça imposta a quem tem, ainda, a felicidade da estar vivo, e natural impossibilidade de ressurreição para os que já estão mortos.

A ONU, decerto, virá por aí.

Advogado

Walter Santos

wscom@zaitek.com.br

DIAS CONTADOS

O Governo do Estado já decidiu que não abrirá mão de punir qualquer auxiliar, independentemente de posição ou parentesco com o *staff* principal, caso seja constatada alguma atitude discrepante da orientação do governador José Maranhão de agir com transparência e rigor no trato das gestões e contas públicas.

Esta é a decisão extraída das várias reuniões realizadas dias atrás no governo diante das acusações contra o Secretário de Cidadania e Justiça, Adalberto Targino, de ter ameaçado o auditor (primo?) Rivaldo Targino por conta de citações de má conduta na gestão da pasta.O secretário nega tudo.

Mas, conforme revelou uma fonte de influência no grupo maranhista, mesmo com a decisão de punir, se for necessário, o Governo não vai promover o linxamento precipitado e público de seus auxiliares, até porque garantirá o princípio de ampla defesa.

Só que, no exame dos documentos, auxiliares do governo,embora tivessem se negado a apontar nomes, garantem que as atuais acusações são idênticas às denúncias feitas no Governo Ronaldo a um dos atuais principais acusadores contra Adalberto.

Na prática, a dedução aponta para a lógica de que o governo quer dizer que vai envolver/acusar o deputado Artur Cunha Lima em idêntico processo, mesmo porque no governo anterior nem o deputado Luiz Couto nem a vereadora Cozete Barbosa -os outros dois acusadores - faziam parte da administração.

Este é o preâmbulo de uma novela que deve desembocar em acalorados discursos a partir da próxima terça-feira na Assembléia Legislativa com o governo anunciando que não deixará nada sem resposta. E a oposição também.

PT 10

IFERÊNCIA

TRATÉGIA E
ICULAÇÃO

A Conferência Na-
l de Prefeitos e
refeitos do PT dis-
os "desafios e ta-
políticas" que os
os eleitos terão a
da posse, em 1º de
de 2001. Em 1992
, o PT organizou
ões semelhantes
eleição. O PT vai
de 10 a 12 de no-
o em Brasília, os
efeitos eleitos. Os
eitos como vice-
tos, em alianças
outros partidos,
m serão convida-
sim como os "pre-
liados".

GERVÁSIO AFIRMA

DENÚNCIA ENVOLVE GESTÃO DE ARTUR

Líder do governo diz ainda que o dossiê não faz menção contra o secretário Targino

As denúncias feitas pelo auditor de contas públicas, Rivaldo Targino da Costa, contra a Secretaria de Cidadania e Justiça, devem ser respondidas pelo deputado estadual Artur Cunha Lima, segundo afirmou ontem o deputado estadual e líder do Governo na Assembléia Legislativa, Gervásio Maia. Rivaldo Targino denuncia que houve um superfaturamento na Secretaria de Cidadania e Justiça, quando foram gastos no conserto de sete viaturas daquela pasta o valor de R$ 228.643,05 (duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinco centavos), isso no ano de 1996. Na época a que a denúncia se reporta, a Secretaria era comandada pelo atual deputado estadual Artur Cunha Lima.

Gervásio lembra que, sobre o assunto, o procurador do Estado, Sebastião Lucena, emitiu parecer técnico-jurídico fazendo uma análise da representação/denúncia feita por Rivaldo Targino da Costa ao Ministério Público. O parecer do procurador

GERVÁSIO espera resposta

diz que no dossiê de Rivaldo Targino da Costa não há qualquer menção direta ou indireta contra a pessoa do secretário Adalberto Targino. "Ao contrário, o auditor Rivaldo, tanto o elogia nos documentos como sempre o enalteceu verbalmente, ressaltando a sua firmeza moral, honestidade e zelo com a coisa pública".

Na realidade – diz ainda o parecer – todas as denúncias são jogadas contra o técnico Sinval Alves de Carvalho, coordenador da Unidade Setorial Financeira da Secretaria de Cidadania e Justiça, técnico esse que foi nomeado pelo então secretário Artur Paredes da Cunha Lima e afastado das suas funções há quase dois meses pelo secretário Adalberto Targino. Todas as denúncias feitas na representação de Rivaldo Targino da Costa junto ao Ministério Público referem-se ao ano de 1996, ano em que Artur Cunha Lima respondia pela Secretaria da Cidadania e Justiça e que Adalberto Targino nem residia na Paraíba. A representação encaminhada ao Ministério Público é concluída dizendo que em 1996 (portanto, na gestão Cunha Lima) se gastou tanto com os poucos veículos da Secretaria da Cidadania e Justiça que "mais econômico seria andar de ônibus espacial da Nasa".

Sem comentários - Sobre a denúncia de Rivaldo Targino da Costa contra o ex-coordenador da Unidade Setorial de Finanças da Secretaria de Cidadania e Justiça, Sinval Alves de Carvalho, Gervásio disse que não há o que se comentar. Ele informou que tão logo tomou conhecimento da primeira denúncia contra Sinval Alves, o secretário Adalberto Targino determinou a instauração imediata de uma Comissão Especial de Sindicância Administrativa – composta por pessoas idôneas e respeitáveis, tais como a auditora do Tribunal de Contas da União, Terezinha Cruz, defensor público Paulo Celso do Vale Filho, e pelo advogado Orlando Duarte de Melo. A referida comissão concluiu, por unanimidade, que nenhum indício houvera que incriminasse Sinval.

A FRASE

"Rivaldo Targino é que chegou ao gabinete do secretário cheio de ódio"

NOVA VERSÃO

RIVALDO AGREDIU

Com relação as denúncia de Rivaldo Targino da Costa de que teria levado uma surra do secretário Adalberto Targino e do defensor público e pastor Carlos Roberto Barbosa, Gervásio citou um documento – assinado por defensores públicos, advogados, assistentes sociais e militantes dos direitos humanos – que afirma: "não passa de uma deslavada mentira arquitetada por um desequilibrado, que estava armado de faca-peixeira e ameaçava o secretário e o defensor público". Segundo testemunhas, Rivaldo Targino foi dominado e interrogado espontaneamente por autoridades idôneas e na forma da lei.

Gervásio disse que o secretário Adalberto Targino admite que agrediu Rivaldo Targino da Costa verbalmente. "Mas se assim agiu, foi em legítima defesa, já que o agressor invadiu o seu gabinete de faca-peixeira em punho e lhe fazendo ameaças". E acrescentou: "apenas cerca de 50 dias depois é que Rivaldo Targino da Costa apareceu com uma armadilha bem urdida, tendo como instrumento do crime uma gravação com um suposta voz do secretário ou do pastor".

■ AMEAÇAS DE MORTE A AUDITOR

ARTHUR COBRA NA AL INVESTIGAÇÃO DO CASO

Deputado acusa o governo de tentar despistar, ao invés de apurar as denúncias

NA TRIBUNA - Arthur Cunha Lima negou envolvimento

Mostrando declaração assinada pelo auditor Rivaldo Targino da Costa, que o isenta de qualquer acusação, denúncia ou irregularidade constantes do processo em que este moveu contra a Secretaria de Cidadania e Justiça, o deputado estadual Arthur Cunha Lima disse ontem que na verdade o Governo do Estado está com receio de enfrentar a opinião pública acerca das denúncias de Rivaldo e da ameaça de morte que ele recebeu por parte do secretário Adalberto Targino. "O governo não quer apurar, quer despistar".

Para o deputado o Governo foge da questão fundamental que é a ameaça de morte feita por Adalberto Targino ao seu primo e auditor Rivaldo Targino da Costa e das denúncias que este fez da improbidade administrativa, prevaricação e corrupção generalizada contra o coordenador financeiro da Secretaria. Arthur disse que todas as vezes que o Governo do Estado é acusado de alguma coisa e que estas acusações se acumulam espontaneamente, o acusado procura desqualificar o denunciante e jogar os fatos para questões que não tem nada a ver com o que se está denunciando.

Arthur disse também que prova disto é que a fita apresentada na reunião da Assembléia durante reunião da Comissão de Direitos Humanos em que o secretário Adalberto Targino agride e ameaça de morte o auditor não foi contestada, nem as suas outras acusações foram sequer respondidas. O deputado disse ainda que a opinião pública entendeu claramente a "cortina de fumaça" e a tentativa de despiste que estão querendo fazer, mas que a "verdade certamente prevalecerá".

O parlamentar isentou-se de qualquer envolvimento na questão que foi abordada na reunião da Comissão de Direitos Humanos, a semana passada, mas que sua condição de deputado eleito pelo povo determina que ele exija a apuração das responsabilidades dos graves fatos denunciados pelo auditor.

No documento que o parlamentar encaminhou às redações, Rivaldo Targino diz textualmente, referindo-se a Cunha Lima e reportando-se ao Processo 200200001678-5 que tramita na 1ª Vara Criminal, na qual o poder público indiciou servidores graduados da Secretaria de Cidadania e Justiça "que não há qualquer assinatura de V. Exa. Como Ordenador de Despesa ou agente público". O auditor foi quem fez as denúncias ao Ministério Público e que tiveram como conseqüência o mencionado processo.

Arthur também lembra que as contas de 1996 e relativas à época em que foi Secretário já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e pela Assistência, cujo Decreto Legislativo, de número 87/97, foi publicado pelo Diário do poder Legislativo na edição 3.275 de 02.09 de 1997.

A FRASE

"O governo não quer apurar, quer despistar"

Arthur Cunha Lima (Deputado estadual)

CRISPIM: "SERVIDORES JÁ FORAM AFASTADOS"

O secretário de comunicação do governo, Luiz Augusto Crispim, afirmou ontem que o secretário Adalberto Targino já chegou a afastar mais de 30 funcionários da Secretaria de Cidadania e Justiça acusados de cometerem arbitrariedades e que jamais permitiu irregularidades na sua pasta.

"O secretário Adalberto Targino é um homem probo e isso ficou comprovado nas palavras ditas ontem na Assembléia Legislativa pelo deputado Gervásio Maia, que foram aplaudidas pelo próprio deputado Antônio Ivo, notoriamente ligado ao grupo que faz oposição ao governador José Maranhão, liderado pelos Cunha Lima", frisou Crispim.

Luiz Augusto Crispim considera o assunto "devidamente" encerrado, ressaltando que "embora prossigam as outras sindicâncias no que diz respeito a eventuais abusos que tenham sido cometidos por agentes penitenciários que receberão o mesmo tratamento penal e disciplinar, como o que o secretário Adalberto Targino tratou todos os demais, obedecendo a recomendação do governo de ser implacável com quem for encontrado em culpa".

ABUSOS - Crispim diz que denúncias estão sendo investigadas

EX-SECRETÁRIO APONTA RESPONSÁVEL

"As despesas que auto- relativas ao ano de 1996. Na te era o ordenador de des- Nunca me escondi, pedindo

EX-SECRETÁRIO APONTA RESPONSÁVEL

"As despesas que autorizei na época foi por acreditar que estava certo". A afirmação foi feita ontem por José Job Sobrinho, que era secretário adjunto de Cidadania e Justiça em 1996, ano em que o titular da pasta era o atual deputado estadual Arthur Cunha Lima. As despesas a que se refere José Job foram autorizadas pelo então secretário de Cidadania e Justiça, deputado Arthur Cunha Lima, que como titular do cargo era o responsável pelos gastos efetuados pela pasta.

A declaração de José Job Sobrinho foi em resposta a um pronunciamento do deputado Artur Cunha Lima ontem. Cunha Lima disse que no documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público existem as assinaturas de José Job, Jacinto Dantas e Adalberto Targino como ordenadores de despesa da Secretaria de Cidadania e Justiça. Não constando, segundo ele, a sua assinatura.

A denúncia de superfaturamento no conserto e manutenção de veículos, feita por Rivaldo Targino, são relativas ao ano de 1996. Na época, José Job era adjunto da Cidadania e Justiça, mas Adalberto Targino era procurador geral da Defensoria Pública do Governo Garibaldi Alves, em Natal. Portanto, não pode ser responsável pelo superfaturamento e nem por qualquer despesa efetuada pela Secretaria de Cidadania e Justiça.

Em relação às denúncias contra Sinval Alves de Carvalho, a secretaria de Cidadania e Justiça já determinou o seu afastamento da coordenadoria da Unidade Setorial Financeira da pasta. Há cerca de dois meses que ele foi destituído do cargo pelo secretário Adalberto Targino.

Já o deputado Jacinto Dantas (PMDB) ressaltou a idoneidade, tanto do secretário Adalberto Targino, quanto do coordenador financeiro, Sinval Carvalho, que inclusive foi nomeado pelo ex-secretário Arthur Cunha Lima. "De qualquer forma, o documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público não isenta o atual deputado Arthur Cunha Lima, que legalmente era o ordenador de despesas da Secretaria de Cidadania e Justiça no ano de 1996".

Jacinto Dantas disse que ao longo de toda a sua vida pública nunca se esquivou de autorizar despesas inerentes ao cargo que exercia. "Eu fui prefeito, presidente de estatal, secretário adjunto por mais de 4 anos e sempre soube o que fiz. Nunca me escondi, pedindo a outros que assinassem por mim. E fico muito satisfeito, ao constatar que com toda sua doentia perseguição ao servidor Sinval Carvalho o senhor Rivaldo Targino constatou que o menor custo/ano por veículo deu-se no período em que eu fui um dos responsáveis pela parte administrativa da Secretaria de Justiça".

João Pessoa, quinta-feira, 9 de novembro de 2000

Walter Santos

wscom@zaitek.com.br

Umas & Outras

... O Secretário do Trabalho e Ação Social, Evaldo Gonçalves, acaba de confirmar a presença do presidente do Forum de Secretários Estaduais de Assistencia Social, Edilson Azim Sarriune, no segundo apinel do III Encontro Estadual do trabalho programado apra os dias 6 e 7 de dezsembro, no Espaço Cultural.

... Quem embarca hoje para a China é o deputado federal Inaldo Leitão chefiando a delegação de oito parlamentares brasileiros em missão interparlamentar.

... O deputado Artur Cunha Lima exibe por fax documento do adultor Rivaldo Costa de que não está citado em n enhum processo de improbidade administrativa.

... Quem sabe, garante que o Secretário Mário Silveira, do Planejamento, voltou com toda força ao cenário de articulação pró-Maranhão.

... As obras de recuperação da Igreja São Pedro Gonçalves vão ser retomadas - disse o Secretário adjunto da Educação, Sales Gaudêncio.

JORNAL DA PARAÍBA

Campina Grande, sábado, 4 de novembro de 2000

Fundac

iza durante com abertu- Programa s Famílias, s às ativida- junto às cri- es assistidos as dificulda- entam para .

— Cidade

ciam 13º

tir o dinhei- resários, a já oferecen- rédito espe- ento do 13º. no a Caixa al e o Banco mplo, estão nheiro a em-

Nicolau de Castro

Direitos Humanos e OAB vão discutir torturas nos presídios

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da seccional paraibana da Ordem dos Advogados do Brasil se reúne no próximo dia 14 e o principal assunto da pauta será a questão das torturas nos presídios, denunciada pela vereadora Cozete Barbosa (PT-Campina Grande) e pela juíza das Execuções Criminais, Maria das Neves do Egito, conforme informou, ontem, o presidente da OAB-PB, Arlindo Delgado.

As denúncias se agravaram a partir da audiência pública realizada quarta-feira passada, na Assembléia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos, quando a juíza Maria das Neves do Egito denunciou que estava sendo ameaçada de morte após averiguações a respeito de tortura nos presídios da Paraíba. **Geral**

Santana acusado gangue q de pedra nio da vi menor J Silva, de po foi enc proximid no Cente Preso futebol, estava p do crime cipação o local e os nom as que t assassi deles m

JORNAL DA PARAÍBA Campina Grande, sábado, 4 de novembro de 2000

Comissão da OAB se reúne para discutir as torturas nos presídios

Paulo Santos

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da seccional paraibana da Ordem dos Advogados do Brasil se reúne no próximo dia 14 e o principal assunto da pauta será a questão das torturas nos presídios, denunciada pela vereadora Cozete Barbosa (PT-Campina Grande) e pela juíza das Execuções Criminais, Maria das Neves do Egito, conforme informou, ontem, o presidente da OAB-PB, Arlindo Delgado.

As denúncias se agravaram a partir da audiência pública realizada quarta-feira passada, na Assembléia Legislativa, pela Comissão de Direitos Humanos, quando a juíza Maria das Neves do Egito denunciou que estava sendo ameaçada de morte após averiguações a respeito de tortura nos presídios da Paraíba.

Na sessão de quarta-feira, o auditor de Contas Públicas do Estado, Rivaldo Targino da Costa, disse que foi agredido moral e fisicamente pelo secretário da Justiça e Cidadania, Adalberto Targino, por causa de uma representação criminal ao Ministério Público.

Rivaldo informou, na Casa de Epitácio Pessoa, que denunciou o coordenador financeiro Sinval Alves de Carvalho e o Ministério Público, com base no relatório da auditoria, aceitou a denúncia e o caso está na I Vara Criminal da Comarca de João Pessoa.

O auditor disse que, no dia 19 de setembro passado, por volta das 14 horas, foi convidado a tratar de assuntos administrativos com o secretário Adalberto Targino e, ao chegar no gabinete, foi agredido, escoltado até uma sala onde foi mantido preso e obrigado, sob ameaças, a assinar um depoimento ditado pelo próprio secretário, ao mesmo tempo em que praticavam - durante quatro horas - tortura psicológica.

Ele denunciou, também, a formação de um grupo clandestino para torturar presos e intimidar fiscais. Segundo ele, no dia 12 de agosto passado 16 presos foram torturados por um grupo de 12 homens encapuzados e o fato foi denunciado pela juíza Maria das Neves do Egito, da Vara de Execuções Penais.

Os secretários de Comunicação e da Justiça e Cidadania, respectivamente, Luiz Augusto Crispim e Adalberto Targino, foram procurados ontem para informar sobre providências que estariam sendo adotadas pelo Governo do Estado, mas ambos não foram encontrados, inclusive, pelos telefones celulares.

• **A Câmara aprovou ontem um requerimento da vereadora Cozete Barbosa (PT) que convoca para uma sessão especial o auditor de contas públicas Rivaldo Targino da Costa.**

• O aludido servidor público fez denúncias quanto à malversação de recursos no âmbito da Secretaria de Cidadania e Justiça, razão pela qual teria sido agredido pelo secretário Adalberto Targino, em seu próprio gabinete.

• **Garimpo. Outro lamentável procedimento do jogador Edmundo (Santos), em entrevista à revista IstoÉ Gente.**

• "...Estou tranqüilo. Nunca vi ninguém preso por acidente de trânsito no Brasil..."

• **Retrovisor. O atacante matou um rapaz no Rio de Janeiro, em 1998, em um acidente.**

• Em entrevista ontem à 'Panorâmica FM', o senador Ney Suassuna (PMDB) voltou a lamentar sua rápida passagem pela

---

da quitação junto àquele órgão de previdência, a Prefeitura de Campina Grande espelhou-se na Medida Providência instituída pelo governo federal que dá aos mandatários municipais em débitos com o Ins-

Deputados vã

Os deputados federais Inaldo Leitão e Ricardo Rique devem anunciar, provavelmente no próximo final de semana, a data em que pretendem realizar a nova convenção para que os direto-

Paulo Santos

DE JOÃO PESSOA
ps@jpbonline.com.br

PUNIÇÃO PARA CULPADOS

Uma maldição parece sobrepor-se à Secretaria Estadual da Justiça e da Cidadania. Nesses seis anos de administração do governador José Maranhão, o órgão já teve uma infinidade de secretários-adjuntos, um sem-número de comissões de inquérito e um rosário de problemas incomuns a outras secretarias.

É justificável que a Justiça e a Cidadania seja uma Pasta problemática. Afinal, a ela cabe administrar vários depósitos de presos em que se transformaram as penitenciárias, sem contar as cadeias públicas espalhadas pelo Estado, onde se encontram os presos de Justiça.

Todos esses problemas acumulados na mais antiga secretaria do Estado são, agora, coisas menores em relação ao problema surgido a partir da sessão especial realizada quarta-feira passada, na Assembléia Legislativa, para debater a mais hedionda das manifestações humanas - a tortura - que estaria proliferando nas penitenciárias estaduais.

A sessão da Assembléia causa um profundo estrago na imagem de austeridade do Governo. A juíza das Execuções Criminais, Maria das Neves do Egito, denunciou ameaças de morte - sabendo quem são os responsáveis - repetindo o que denunciou a vereadora e vice-prefeita eleita de Campina Grande, Cozete Barbosa, que tornou públicas a humilhante situação dos presos.

Não bastasse a gravidade das denúncias da magistrada e da vereadora, o auditor Rivaldo Targino da Costa amplificou, na mesma sessão da Assembléia, o conteúdo de uma fita em que compromete seriamente o próprio secretário Adalberto Targino, com gravações de uma sessão de tortura, após um minucioso levantamento que chegavam a sérias irregularidades na Secretaria da Justiça.

O problema, agora, está nas mãos do governador José Maranhão, uma liderança política que sobreviveu aos negros anos da ditadura militar, quando foi cassado e afastado da vida pública e, por isso, não pode - nem deve - pactuar com a impunidade.

Não há nada, nesse episódio, que não esteja registrado e oficializado em algum lugar. Não será difícil tomar decisão imediata. A sociedade espera, além das averigüações, a punição de todos os culpados, sejam eles quem forem.

PSDB e PFL c[...] em relação à[...]

Dois dos maiores partidos do Estado - o PSDB e o PFL - vivem momentos de indefinição sobre se devem - ou não - ter candidaturas próprias ao Governo do Estado em 2002. O deputado 'tucano' João Fernandes diz que o PSDB deve ir à luta pelo poder, enquanto o líder do PFL na Assembléia Legislativa, José Lacerda Neto, propõe um amplo entendimento interno para analisar o problema, por ser aliado do governador José Maranhão, diante da crise interna do PMDB da Paraíba.

Lacerda, líder do [...]

João Fernandes admite que ainda não se debruçou para analisar o problema, mas reafirma que "partido é para disputar o poder" e que, por isso, defendia candidaturas do PSDB a prefeitos em João Pessoa, Campina Grande e outras cidades, "mas a direção interventora decidiu de modo diferente".

- Espero que a atual direção e a direção do PSDB, que vier a ser ratificada pelas urnas das convenções, tenham posição mais clara, mais objetiva e mais partidária sobre isso. O PSDB precisa se preparar para disputar o poder. Se alguém constata que, no momento da escolha dos candidatos, não acumulou forças

tentar indicar can[...] disputar o poder. "[...] impossibilidade de[...] zinho é que o PSD[...] entendimentos [...] agremiações par[...] poder".

Fernandes lem[...] que "recebemos o [...] diretórios municip[...]

SÃO BRAZ

JORNAL DA PARAÍBA

Jornal Paraíba 29 anos

no XXIX Nº 8481 | Campina Grande, quarta-feira, 8 de novembro de 2000 | Preço: R$ 1,00

Arthur quer CPI para a Secretaria de Justiça

Nesta edição

Morre o jornalista Eurípedes Oliveira

O homem mais velho de ampina, e da Imprensa Braleira, morreu ontem aos 104 nos, desfalcando a cidade de na das suas ilustres figuras. urípedes Florestas de Olieira, pernambucano de anhotinhos, membro da cademia de Letras de Camna Grande, foi sepultado ntem à tarde no Cemitério do onte Santo.

Cidade

• TRÂNSITO NA JOÃO PESSOA

Comerciantes acusam os agentes de abusos

Leonardo Silva

Comerciantes estabelecidos na rua João Pessoa estão revoltados com a atuação dos agentes de trânsito da STTP, a quem acusam de promoverem um verdadeiro festival de aplicação de multas em veículos de clientes e os que estacionam para carga ou descarga. Isso, segundo eles, de forma irresponsável, intransigente e arbitrária.

Os comerciantes vão pedir intervenção da CDL e da Associação Comercial, para que seja realizada uma reunião com a superintendente da STTP, Valéria Barros, para discutir o assunto.

Cidade

O deputado Arthur Cunha Lima (PMDB) anunciou ontem, na Assembléia, que vai pedir uma CPI para investigar as denúncias contra a Secretaria de Justiça e da Cidadania "para permitir oportunidade ao Governo do Estado" de se defender das acusações do auditor Rivaldo Targino da Costa e vasculhar as suas contas.

Durante o depoimento na tribuna daquele Poder, Arthur lembrou o depoimento da juíza Maria do Egito, recentemente, que denunciou a aquisição de instrumentos de tortura pela Secretaria. "Isso é próprio de quem quer bater, quer torturar, cuja ordem partiu do secretário Adalberto Targino", acusou.

O líder do Governo na Assembléia, deputado Gervásio Maia, fez a defesa do secretário Adalberto Targino, acusado pelo auditor Rivaldo Targino, linha de discurso também adotada pelo deputado Jacinto Dantas, para quem o auditor não parece uma pessoa equilibrada.

Deputado vai requerer CPI para investigar gastos em Secretaria

Da Sucursal

O deputado estadual Arthur Cunha Lima (PMDB), (PMDB), disse ontem que vai requerer uma CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de gastos na Secretaria da Justiça e da Cidadania, desde 1996, para dar oportunidade ao Governo do Estado de se defender das acusações do auditor Rivaldo Targino da Costa e vasculhar as suas contas.

- Eu já as tenho em cópias e esse mesmo auditor fez auditagem das minhas contas, bem como Tribunal de Contas. Estou tranqüilo quanto a qualquer participação e darei oportunidade ao Governo, através da sua bancada, de que a CPI possa dirimir quaisquer dúvidas ou apurar quem é culpado e tem responsabilidades, não apenas destas, mas de caminhões com alimentos imprestáveis, além de produtos alimentícios comprados com uma marca e recebidas em outras - afirmou Arthur.

Durante pronunciamento na tribuna, Arthur Cunha Lima lembrou o depoimento da juíza Maria das Neves do Egito, denunciando a aquisição de armas e outros instrumentos de tortura, mostrando as notas fiscais, para os presídios. "Isso é próprio de quem quer bater, quer torturar e quer se esconder, cuja ordem partiu do secretário Adalberto Targino".

- Não foi o grupo Cunha Lima que inventou o que está aí colocado. As denúncias foram feitas numa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Quem defendeu o secretário Adalberto Targino, até agora, não diz que a fita do auditor não é verdadeira. O que pedimos é para apurar e a forma mais transparente é uma CPI - assegurou Arthur.

De acordo com o parlamentar, ele também seria investigado "e quem está sendo canonizado também deveria ser, porque a pureza dos santos não teme a CPI dos reles mortais daqui da terra", denunciando que deixou o projeto de um presídio de qualidade média em Mangabeira, no valor de R$ 1,2 milhão no final de 1996, para acomodação de quase 600 apenados.

- Essas construções foram feitas gastando mais de R$ 10 milhões, com valor mais de 1.000% acima do que estava previsto e a juíza das Execuções Penais disse que as paredes foram construídas apenas com tijolos de oito furos. Não há muro de tijolo de oito furos que segure apenados - resumiu Arthur.

A CPI está sendo proposta pelo deputado Arthur Cunha Lima

O parlamentar mostrou documentos, na tribuna, a respeito da incineração e aterro de caminhões de mercadorias compradas pela Secretaria da Justiça e Cidadania "sem qualificação", comprovados por um laudo do dia 18 de maio atestando "larvas e parasitas vivas e mortas dentro do colorau", bem como "arroz tipo B longo e fino, assim como condimento misto impróprio para consumo humano".

Mostrou também um termo de declaração, em sindicância aberta pela secretaria, apurando porque o responsável pelo setor mandou os produtos para análise se não era necessário, citando declarações do sr. Miranez Matias do Vale.

Gervásio faz a defesa de Adalberto Targino   Jacinto Dantas

Paulo Santos

DE JOÃO PESSOA

ps@jpbonline.com.br

TORTURA CONFIRMADA

É cada vez mais complicada a situação do secretário estadual da Justiça e Cidadania, Adalberto Targino, no rumoroso caso envolvendo o auditor de Contas do Estado e seu primo, Rivaldo Targino da Costa.

Não há, evidentemente, confirmação cabal de que o sr. Adalberto Targino tenha agredido o auditor Rivaldo Targino. O buraco é mais embaixo: as escaramuças que se avolumam há algum tempo estão servindo para colocar uma cortina de fumaça em algo mais grave, ou seja, a tortura nos presídios.

A pequena, mas barulhenta oposição, conseguiu colcoar gasolina no incêndio que irrompeu das denúncias de torturas de presos e de ameaças de morte à denunciante, a vereadora Cozete Barbosa, no mesmo teor da juíza Maria das Neves do Egito.

O Governo, como é natural, sai em defesa do secretário Adalberto Targino, pois consegue abafar a repercussão das denúncias sobre torturas, ao enveredar com a habilidosa tese da solidariedade à autoridade da Justiça e Cidadania.

O problema-chave está nessa palavra - "cidadania". O conceito de cidadania foi substancialmente alterado, neste país, desde que a promulgação da Constituição de 1988, quando finalmente foram quebrados os grilhões que o prendiam ao regime militar.

Conceitos que, infelizmente, não parecem ter suscitado a sensibilidade dos políticos vinculados à estrutura de poder. Tanto que o líder Gervásio Maia reconheceu ontem, da tribuna da Assembléia, que torturas existem nos presídios.

E não ficou por aí: acredita que essa prática está incorporada à própria cultura no tratamento de presos. A voz do Governo reconhece que se pratica a mais hedionda forma de "amolecer" presos e isso, por si só, não justifica mudanças das pessoas que são encarregadas de exercer os cargos da Justiça e da Cidadania para respeitar as leis? Confirma-se a tortura e condecore-se os torturadores.

Atraso

Uma fila se formou, ontem, no microfone de apartes da Assembléia para defender o secretário da Justiça e Cidadania, Adalberto Targino, durante pronunciamento do líder Gervário Maia.

Pedro Medeiros, Iraê Lucena e outros governistas se manifestaram, mas o depoimento contundente foi de Vital do Rego Filho: ele disse que as denúncias de torturas, feitas por Cosete Barbosa, foram posteriores à formação de comissão sindicância do Governo.

Deputado va investigar g

Da Sucursal

O deputado estadual Arthur Cunha Lima (PMDB), (PMDB), disse ontem que vai requerer uma CPI-Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de gastos na Secretaria da Justiça e da Cidadania, desde 1996, para dar oportunidade ao Governo do Estado de se defender das acusações do auditor Rivaldo Targino da Costa e vasculhar as suas contas.

- Eu já as tenho em cópias e esse mesmo auditor fez auditagem das minhas contas, bem como Tribunal de Contas. Estou tranqüilo quanto a qualquer participação e darei oportunidade ao Governo, através da sua bancada, de que a CPI possa dirimir quaisquer dúvidas ou apurar quem é culpado e tem responsabilidades, não apenas destas, mas de caminhões com alimentos imprestáveis, além de produtos alimentícios comprados com uma marca e recebidas em outras - afirmou Arthur.

Durante pronunciamento na tribuna, Arthur Cunha Lima lembrou o depoimento da juíza Maria das Neves do Egito, denunciando a aquisição de armas e outros instrumentos de tortura, mostrando as notas fiscais, para os presídios. "Isso é próprio de quem quer ba-

ter, quer torturar
der, cuja ordem p
tário Adalberto T

- Não foi o gru
que inventou o qu
do. As denúncia
numa audiência pu
são de Direitos H
defendeu o secret
Targino, até agor
fita do auditor não
que pedimos é par
ma mais transpar
- assegurou Arth

De acordo co
tar, ele também s
do "e quem está s
do também deve
a pureza dos san
CPI dos reles m
terra", denuncia
o projeto de um p
lidade média em
valor de R$ 1,2 m
1996, para acomo
600 apenados.

- Essas cons
feitas gastando
milhões, com v
1.000% acima do
visto e a juíza d
Penais disse que
ram construídas
jolos de oito furo
de tijolo de oito f
re apenados - re
O parlament

Gervásio faz a defesa d

Da Sucursal

O líder do Governo na Assembléia, deputado Gervásio Maia

que o trabalho de
zado em dois dia
berou apenas du

Gervásio faz a defesa de Adalberto Targino

Da Sucursal

O líder do Governo na Assembléia, deputado Gervásio Maia (PMDB), fez ontem a defesa do secretário estadual de Justiça e Cidadania, Adalberto Targino, que está sendo acusado de agressões pelo auditor Rivaldo Targino da Costa e de adquirir armas e instrumentos de tortura pela juíza das Execuções Criminais, Maria das Neves do Egito.

Gervásio Maia disse que tudo começou quando o auditor Rivaldo Targino da Costa precisou fazer um trabalho de auditoria em Campina Grande, que deveria ocorrer durante dois dias, mas requereu cinco diárias e esse período coincidia com a realização da Micarande. "O coordenador da Secretaria da Justiça, de nome Sinval, entendeu que o trabalho deveria ser realizado em dois dias e, por isso, liberou apenas duas diárias".

- Por que não pôde participar integralmente da Micarande, às custas do Erário estadual, o auditor Rivaldo Targino da Costa zangou-se e cometeu algumas agressões verbais contra o coordenador da Secretaria da Justiça, o Sinval. Daí ele prosseguiu com outras denúncias - afirmou o líder.

Gervásio lembrou que, em documento enviado ao Ministério Público, o auditor Rivaldo acusa a Secretaria da Justiça por gastos abusivos com veículos, mostrando estatísticas dessas despesas. Citando o documento, Rivaldo teria dito que, "em 1996, com sete veículos, gastou-se R$ 32.663,00 durante o ano. Em 1999, com 28 veículos, gastou-se R$ 4.160,00 por veículo", acrescentando que o auditor não menciona os anos de 97 e 98, "mas sabe-se que o número de veículos era também 28".

- Se esses fatos ocorreram em 1996, o sr. Adalberto Targino não era Secretário da Justiça - rebateu Gervásio, afirmando que não assina documento de CPI "por qualquer motivo, muito menos os emocionais" e que, se há dolo nas acusações do auditor, elas não recaem sobre a gestão do secretário Adalberto Targino.

- O secretário Adalberto Targino, por índole, é uma pessoa civilizada, educada e não tem o instinto da agressividade na sua conduta pessoal - resumiu o líder do Governo, lendo um registro policial ocorrido, no prédio da Secretaria da Justiça.

Prefeito João Estrela está ameaçado de não assumir mandato em Sousa

O prefeito de Sousa, João Estrela (PDT), reeleito com 12.040 votos, está seriamente amaçado de não assumir o segundo mandato e ainda ter seus direitos políticos cassados por três anos, uma vez que a Justiça já encontrou sérias evidências de crime eleitoral que teriam sido cometidos por ele durante a campanha.

Entre as acusações que pesam sobre João Estrela (PFL), na representação feita contra ele por Salomão Gadelha, que ficou em segundo lugar com 9.566 votos nas eleições de outubro, destaca a quitação de cerca de 2.500 IPTUs na véspera das eleições, com descontos que variavam de 60 a 90 por cento, caracterizando o crime promoção fiscal indevida, em função do período eleitoral e sem autorização da Câmara Municipal.

Em longa audiência na última segunda-feira, a juíza Franceluce Rejane de Sousa, nos trabalhos acompanhados pelo Ministério Público, ouviu 11 testemunhas e algumas delas confessaram detalhes que evidenciam a prática do crime eleitoral. Juscélio Trajano, dono de uma gráfica que normalmente confeccionava, em média 200 talonários de IPTU para a Prefeitura, mensalmente, revelou que chegou a fazer 2.500 em setembro. O próprio secretário de Finanças de Sousa, Antônio José, revelou que em setembro foram arrecadados 95 mil reais com IPTU, quando normalmente a média era de 10 mil por mês. Há outras acusações de crime eleitorais contra o prefeito João Estrela, nos quais, ele já é réu confesso. Pelos mesmos motivos, quatro prefeitos, reeleitos em outubro, já perderam o mandato e tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos, sem prejuízo das ações penais.

Caso o prefeito João Estrela venha mesmo a ficar impossibilitado de assumir a Prefeitura sousense, o vice será empossado no cargo, uma vez que a última votação do atual mandatário daquele município, somada aos votos brancos e nulos não chega a 50 por cento mais um dos sufrágios computados nas eleições de primeiro de outubro deste ano.

Jacinto Dantas presencia incidente

Da Sucursal

Durante aparte ao deputado Gervásio Maia, o também deputado Jacinto Dantas (PMDB) - ex-secretário-adjunto da Cidadania e da Justiça no Governo Maranhão - revelou que presenciou o início da relação tumultuada entre o coordenador Sinval e o auditor Rivaldo Targino da Costa que, numa reunião, na presença de várias pessoas, ameaçou Sinval de morte.

- Rivaldo disse, na ocasião, que Sinval estava duvidando de sua idoneidade, dizendo que o coordenador tivesse cuidado porque a vida dele (Sinval) estaria correndo riscos. O Rivaldo, ao longo dos oito meses em que passei como secretário-adjunto, não mostrou ser uma pessoa equilibrada emocionalmente - relatou Jacinto Dantas.

O parlamentar disse, ainda, que tanto Adalberto Targino quanto Sinval são pessoas honestas e que o secretário sempre teve preocupação com direitos humanos, sendo reconhecido por uma entidade internacional, no ano passado, ao receber certificado por ser uma pessoa preocupada com os direitos da pessoa humana.

- Adalberto Targino tem vários programas e projetos de recuperação dos presidiários porque se preocupa, efetivamente, com a melhoria da qualidade de vida dos presídios e tem apurado qualquer denúncia, com rigor, de maus-tratos aos presos. Muitas vezes achei que Adalberto foi rigoroso demais, pois bastava um boato de que havia acontecido qualquer ato que desabonasse um agente ou a secretaria.

Campina Grande, quarta-feira, 8 de novembro de 2000 JORNAL DA PARAÍBA

SOLTAS

■ Uma brincadeira do deputado Antônio Ivo espalhou-se ontem, na Assembléia Legislativa, como rastilho de pólvora.

■ Ivo disse, na bancada de imprensa, que o líder Gervásio Maia não estava querendo defender, mas "canonizar" o secretário da Justiça e Cidadania, Adalberto Targino.

■ Gervásio foi especialmente cruel, ontem, na defesa de Adalberto Targino: comparou a fita do auditor Rivaldo Costa com uma outra, do deputado Ricardo Coutinho, denunciando possível agressão sofrida do deputado-padre Luiz Couto.

de crime eleitoral que teriam sido cometidos por ele durante a campanha.

Entre as acusações que pesam sobre João Estrela (PFL), na representação feita contra ele por Salomão Gadelha, que ficou em segundo lugar com 9.566 votos nas eleições de outubro, destaca a quitação de cerca de 2.500 IPTUs na véspera das eleições, com descontos que variavam de 60 a 90 por cento, caracterizando o crime promoção

testemunhas e ... confessaram de... denciam a prátic... toral. Juscélio T... uma gráfica que... confeccionava, ... talonários de IP... feitura, mensal... que chegou a faz... tembro. O própri... Finanças de S... José, revelou qu... foram arrecadad... com IPTU, qu...

Campina Grande, quinta-feira, 9 de novembro de 2000 JORNAL DA PARAÍBA

Paulo Santos

DE JOÃO PESSOA

ps@jpbonline.com.br

CPI NATIMORTA

O deputado Arthur Cunha Lima prova mais uma vez, desde ontem, o gosto amargo de compor a minoria no plenário da Assembléia Legislativa, só conseguindo amealhar por enquanto sete dos 36 votos dos colegas, para tentar a implantação de uma CPI que investigue denúncias envolvendo a Secretaria da Cidadania e da Justiça.

Essa Comissão Parlamentar de Inquérito idealizada por Arthur Cunha Lima, assim como a do narcotráfico, nasce morta, pois a maioria comandada com mão-de-ferro pelo líder Gervásio Maia de maneira alguma deixará que as vísceras de qualquer setor governista sejam expostas à execração pública.

A base palaciana é homogênea e atua como rolo compressor, apesar dos deputados ronaldistas, dos petistas e do sargento Dênis ainda conseguirem fazer um pouco de rebuliço em plenário com discursos, audiências públicas e um punhado de documentos.

Arthur não conseguirá, por mais que insista, alterar a índole governista da maioria. Poucos são os parlamentares com a firmeza, por exemplo, da deputada Socorro Marques, que após sua assinatura ao requerimento da CPI do Narcotráfico e, mesmo pressionada, manteve o autógrafo no documento.

O compromisso maior, da bancada de sustentação do Governo, não é com o que pode pensar a opinião pública, mas com o que achar o Palácio da Redenção e, diante de admoestações, jogar por água abaixo todos os benefícios que solicitam à máquina oficial.

Essa desigualdade, aliás, faz parte do jogo democrático. Nenhum deputado está ali graças a uma nomeação. Todos, independente da forma que exercem seus mandatos, foram eleitos e têm seus compromissos passados, presentes e futuros.

Por mais nobre que seja a causa, sobretudo quando se denuncia torturas nos presídios, há de se reconhecer que o provérbio popular "manda quem pode e obedece quem tem juízo" está mais firme do que nunca no plenário da Casa de Epitácio Pessoa.

Chega a 30 n... denunciados...

Da Sucursal

Trinta prefeitos paraibanos já foram denunciados à Justiça, somente este ano, por malversação de verbas públicas. Dezenove deles têm pedido de afastamento do cargo e, cumulativamente, quatro sofrem solicitação de prisão preventiva. Todos, invariavelmente, serao alcançados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, se mantido o rigor do texto original.

O primeiro processo do ano, entregue à Justiça, foi do prefeito de Mataraca, José da Cruz Bessa, no dia 12 de janeiro, enquanto o mais recente foi o do prefeito de Cuitegi, Antônio Cabral de Albuquerque, entregue no dia 26 de outubro deste ano.

Há prefeitos - como o de Pirpirituba, José Agrício de Sousa Filho - que tiveram dois processos enviados à Justiça no mesmo dia - 7 de junho. Um dos prefeitos - Manoel Ramalho de Alencar, de Aroeiras - teve seu processo remetido à Justiça no dia 5 de maio, mas já está afastado do cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Há processos, como o da

PREFE...
1. JOSÉ DA CRUZ B...
2. EDÉZIO RESEND...
3. JOSÉ LINS DA SIL...
4. JOSÉ DIAS PALITO...
5. EDVALDO ALVES...
6. FRANCISCO DA C...
7. JOAQUIM PEREIRA...
8. MANOEL RAMAL...
9. SABINO DIAS DE...
10. JOSÉ AGRÍCIO D...
11. JOSÉ AGRÍCIO D...
12. GERMANO LACE...
13. IVANILDO SOAR...
14. ORLANDO DANT...
15. FRANCISCO LOP...
16. JOSÉ AGRÍCIO DO...
17. ENOCH ALVES S...
18. ANTÔNIO DE AL... CABRAL
19. FRANCISCO BEZ...
20. CARLOS PESSOA...
21. ANTÔNIO MARTIN... SANTOS
22. JOSEMAR BELMO...
23. FRANCISCO DAS... DE SOUZA
24. VERA LÚCIA DE ... PONTES
25 SEBASTIÃO VASC...
26. ORLANDO DANTA...
27. LUIZ GONZAGA D...
28. JOÃO BATISTA RO...
29. JOÃO FERNANDES...
30. RAIMUNDO DÓIA ...

Mari promoveu a tr... de materiais de con...

Santiago (II)

Wilson Santiago, entretanto, terá que superar um forte obstáculo se quiser ver seu nome como o preferido da maioria.

É que, atualmente, está filiado ao PSDB e, por exigência de vários parlamentares, terá que se filiar ao PMDB, que é maioria na Casa de Epitácio Pessoa.

Além disso, Maranhão teria que superar as divergências com as lideranças de Cajazeiras.

Articulação

Ninguém quer assumir a "paternidade" da informação, mas comenta-se em privilegiados gabinetes da Assembléia que está em andamento um plano para fazer Olenka Maranhão como presidente da Casa.

Seria a fórmula mais tranqüila para que o governador José Maranhão fosse candidato a senador em 2002, Roberto Paulino candidato a deputado federal e a sobrinha do governador presidisse o próximo pleito.

A idéia arrepia os cabelos de muitos peemedebistas.

Alhures

Luiz Couto não quer que as denúncias sobre torturas a presos e ameaças de morte, feitas na audiência pública de quarta-feira da semana passada, fiquem restritas à Assembléia.

Ele começou a preparar um levantamento, no setor taquigráfico, para mandar o teor da sessão especial para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, incluindo o CD Room do auditor Rivaldo Targino da Costa.

Telúrico

Embalado pelos 27 mil 967 votos obtidos nas eleições de 1º de outubro passado, o prefeito de Patos, Dinaldo Wanderley (PFL), está repensando sobre apoio a candidato a deputado federal em 2002.

É bem capaz de não apoiar, novamente, o deputado Marcondes Gadelha (PFL), preferindo optar por um nome da terra e, nesse caso, o mais forte chama-se Olavo Nóbrega (PMDB).

Por enquanto, tudo está no campo das idéias.

SOLTAS

- **As articulações de Maranhão, para escolher o futuro presidente da Assembléia, levaram um experiente deputado a lembrar, ontem, célebre frase do falecido Judivan Cabral.**
- Sempre que se aproximava o período de escolher o presidente da Casa de Epitácio Pessoa, Judivan filosofava: "Quem tem Mesa

pretexto de que estaria reformando o Matadouro Público de

dor Geral de Justiça, Júlio Paulo Neto, afirma que houve des-

denúncia - é que, na sua defesa, o denunciado não conseguiu com-

Adjunto de Arthur explica a razão de gasto em Secretaria

"As despesas que autorizei na época foi por acreditar que estava certo". A afirmação foi feita ontem por José Job Sobrinho, que era secretário adjunto de Cidadania e Justiça em 1996, ano em que o titular da pasta era o atual deputado estadual Arthur Cunha Lima. As despesas a que se refere José Job foram autorizadas pelo então secretário de Cidadania e Justiça, deputado Arthur Cunha Lima, que como titular do cargo era o responsável pelos gastos efetuados pela pasta.

A declaração de José Job Sobrinho foi em resposta a um pronunciamento do deputado Arthur Cunha Lima ontem. Cunha Lima disse que no documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público existem as assinaturas de José Job, Jacinto Dantas e Adalberto Targino como ordenadores de despesa da Secretaria de Cidadania e Justiça. Não constando, segundo ele, a sua assinatura.

A denúncia de superfaturamento no conserto e manutenção de veículos, feita por Rivaldo Targino, são relativas ao ano de 1996. Na época, José Job era adjunto da Cidadania e Justiça, mas Adalberto Targino era procurador geral da Defensoria Pública do Governo Garibaldi Alves, em Natal. Portanto, não pode ser responsável pelo superfaturamento e nem por qualquer despesa efetuada pela Secretaria de Cidadania e Justiça.

Em relação às denúncias contra Sinval Alves de Carvalho, a Secretaria de Cidadania e Justiça já determinou o seu afastamento da coordenadoria da Unidade Setorial Financeira da pasta. Há cerca de dois meses que ele foi destituído do cargo pelo secretário Adalberto Targino.

Já o deputado Jacinto Dantas (PMDB) ressaltou a idoneidade, tanto do secretário Adalberto Targino, quanto do coordenador financeiro, Sinval Carvalho, que inclusive foi nomeado pelo ex-secretário Artur Cunha Lima. "De qualquer forma, o documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público não isenta o atual deputado Arthur Cunha Lima, que legalmente era o ordenador de despesas da Secretaria de Cidadania e Justiça no ano de 1996".

Jacinto Dantas disse que ao longo de toda a sua vida pública nunca se esquivou de autorizar despesas inerentes ao cargo que exercia. "Eu fui prefeito, presidente de estatal, secretário adjunto por mais de 4 anos e sempre soube o que fiz. Nunca me escondi, pedindo a outros que assinassem por mim.

Candidatura de Aécio é contestada

Brasília

O lançamento da candidatura do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à presidência da Câmara dos Deputados, ontem, foi apenas a formalização de uma decisão já divulgada ontem. A novidade é que a partir de hoje o jogo político é oficial e permite a oposição aberta do outro candidato: o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)... râneo o lançamento feito ontem. "Acho que foi precipitado. Eu, que sou candidato nato, não me lancei ainda", afirmou o parlamentar. Apesar da alfinetada, Inocêncio jura que respeita o adversário, "sobretudo porque não tenho medo de disputar com ninguém", garantindo ter o apoio da maioria de seus pares.

Para o PMDB, no entanto, este apoio ainda não está conso... disse que apoiará aquele que se comprometer com a candidatura Jader Barbalho à presidência do Senado. Mas essa vinculação entre as eleições na Câmara e no Senado, que há muito vem sendo discutida, também foi motivo de críticas do PFL. O senador Antonio Carlos Magalhães foi enfático ao dizer que a disputa na Câmara independente do seu sucessor no Senado. "respeito

incluindo professore
de ensino e merende

Recrudesce entre Garo e Benedita

RIO DE JANEIR

Com um protoc de mãos que não du um segundo, o g Anthony Garotinh vice-governadora I Silva (PT) encontra um dia após Garoti que Benedita o trai prefeito eleito do Maia (PTB), no seg O encontro ocorreu de Guadalupe, na co do primeiro aniver grama Vida Nova, c vens para a funçã comunitário.

Enquanto a vice ra discursava para pessoas, Garotinho tas para dar entre CBN, na qual volt Benedita. Depois d a primeira-dan Matheus também cada. Referindo- Nova, que era co Benedita e agora administração, R que o programa foi verba de R$ 511 m reduzir os custos p

Garotinho não de Benedita enqua juntos, por quase palanque. Muito a a cerimônia, o gove pandeiro em u Benedita, por sua palanque assim q

Arthur afirma que vai às ruas para 'derrubar' secretário de Cidadania

O deputado estadual Arthur Cunha Lima (PMDB), criticou ontem, em Campina Grande, o governador José Targino Maranhão em decorrência dele estar tentando instalar, através da Assembléia Legislativa da Paraíba, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar casos de violência oficial de 1995 a 1999, deixando de lado o ano 2000, para omitir os casos de denúncias de torturas nos presídios paraibanos, feitas pela juíza Maria das Neves do Egito e a vereadora e prefeita eleita Cozete Barbosa.

Ao fazer esta acusação, aquele parlamentar disse que a "classe política e a sociedade, de modo geral, não devem permitir que o Estado mantenha em sua Secretaria de Cidadania e Justiça um torturador do tipo de Adalberto Targino, um homem que agrediu até mesmo um auditor do Tribunal de Contas do Estado, como aconteceu recentemente", ataca Arthur Cunha Lima.

Aquele deputado assinalou que as sessões de torturas patrocinadas contra o fiscal das contas públicas se deram porque ele não conseguiu, "como deseja Adalberto Targino, encontrar irregularidades em suas contas, quando ocupou a Secretaria de Cidadania e Justiça, durante o Governo do atual senador Ronaldo Cunha Lima".

Ele garantiu que em breve vai colocar carros de som e o povo nas ruas para exigir do governador José Maranhão o imediato afastamento do secretário da pasta de Cidadania e Justiça, "que se recusa a mandar apurar denúncias sérias de torturas formuladas pela juíza Maria das Neves do Egito e pela vereadora e vice-prefeita Cozete Barbosa", disse Arthur Cunha Lima, acrescentando, inclusive, que o secretário Adalberto Targino é torturador desde o tempo em que ocupou o cargo de delegado do DOPS, durante o Regime Militar.

"O Governo vem agora com essa farsa, tentando instalar uma CPI apenas para apurar os casos ocorridos durante os anos de 95 a 99, omitindo-se diante da realidade dos fatos registrados no decorrer deste ano. Na verdade, ele não deseja apurar coisa alguma, porque as perversidades partem do seu próprio gabinete", concluiu Arthur Cunha Lima.

O deputado Arthur Cunha Lima criticou Maranhão ontem

Cícero Lucena recebe hoje título de Cidadão Sousense

O prefeito Cícero Lucena, de João Pessoa, vai receber, a partir das 17 horas deste sábado, o título de Cidadão Sousense, que [...]

prestadas ontem à tarde pelo deputado federal Armando Abílio (PMDB), comitivas da Capital do Estado e de várias [...]

Ministro diz que aprovação do orçamento acontece este ano

RIO DE JANEIRO

O ministro Martus Tavares (Planejamento) disse ontem que o governo 'acredita, espera e [...]

para Estados e municípios. 'Nada mais é possível sem o Orçamento aprovado", disse.

O ministro afirmou também [...]

Justiça

O deputado Arthur Cunha Lima (PMDB) anunciou ontem, na Assembléia, que vai pedir uma CPI para investigar as denúncias contra a Secretaria de Justiça e da Cidadania "para permitir oportunidade ao Governo do Estado" de se defender das acusações do auditor Rivaldo Targino da Costa e vasculhar as suas contas.

Durante o depoimento na tribuna daquele Poder, Arthur lembrou o depoimento da juíza Maria do Egito, rccentemente, que denunciou a aquisição de instrumentos de tortura pela Secretaria. "Isso é próprio de quem quer bater, quer torturar, cuja ordem partiu do secretário Adalberto Targino", acusou.

O líder do Governo na Assembléia, deputado Gervásio Maia, fez a defesa do secretário Adalberto Targino, acusado pelo auditor Rivaldo Targino, linha de discurso também adotada pelo deputado Jacinto Dantas, para quem o auditor não parece uma pessoa equilibrada.

Política

ContraPonto

João Pessoa, 20 a 26 de novembro de 2000

ANO I - Nº 08 - R$ 1.00

OS "NINJAS" DO GOVERNO

Auditor denuncia formação de esquadrão da morte na Secretaria de Justiça

VEJA COBERTURA COMPLETA NAS PÁGINAS 4, 5 E 6

Documentos secretos da ditadura na Assembléia

Página 2

Efraim Morais, presidente do PFL

PFL disposto a concorrer ao governo em 2002

Página 3

Auditor denuncia formação de esquadrão da morte no governo

O auditor de contas públicas Rivaldo Targino da Costa revelou na quinta-feira, 16, que o secretário da Cidadania e Justiça do Estado, Adalberto Targino, criou formalmente, dentro da estrutura do órgão, "um grupo de extermínio especializado torturas, terror e derramamento de sangue".

A denúncia foi feita à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e, mais uma vez, acompanhada de documentos que dão suporte e credibilidade às declarações e acusações do denunciante.

A equipe instituída por Adalberto é o Geat – Grupo Especial de Apoio Tático, formada por pelo menos 19 funcionários lotados na Secretaria e que gozariam da irrestrita confiança do secretário.

O grupo é apontado ainda como responsável por horas seguidas de tortura contra 16 presos da Penitenciária de Segurança Máxima de João Pessoa, fato ocorrido no dia 12 de julho deste ano e comprovado pela juíza titular das Execuções Penais da Capital, Maria das Neves do Egito, a Doutora Nevita.

Rivaldo: novos documentos que comprometem o governo

Segundo o auditor, "o Geat nada mais é do que a padronização de um novo "Esquadrão da Morte" e seus membros cumprem missões especiais trajados de ninjas.

Ele acredita que a idéia de formar um grupo especial com esse perfil e objetivos é coerente com o pensamento do secretário Adalberto Targino, para quem "o homem deve andar com uma bíblia em uma mão e uma arma na outra" ou "em nome de Deus pode-se matar".

Frases como essas atribuídas ao secretário funcionariam como uma espécie de senha institucionalizadora do que ocorre no sistema penitenciário estadual, onde a tortura seria algo "cultural" e, portanto, natural, aceitável e até necessária, no convencimento de autoridades como o próprio líder do governo Maranhão, deputado Gervásio Maia (PMDB).

Uma cultura que não limita-se à perversidade dos agentes. Serviria, como se comprovou em presídios de Campina Grande, para extorquir dinheiro de apenados e familiares de quem se encontra preso.

Em razão de tais denúncias, o auditor Rivaldo Targino da Costa já sofreu agressão física e ameaças de morte do secretário Adalberto Targino, acusação até hoje sequer comentada pelo governo.

Nesse segundo depoimento na Assembléia, Rivaldo renovou seu pedido de garantias de vida e recebeu do presidente da Comissão, deputado Luiz Couto (PT), a informação de que o Ministério da Justiça já teria concordado em fornecer tal proteção, através da Polícia Federal.

Luiz Couto vai participar esta semana de evento na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Deve viajar para Brasília nesta segunda-feira, 20, e lá tentará agilizar as providências que podem incluir Rivaldo em programa de proteção a testemunhas. Solicitação do gênero, lembrou o deputado, não pode ser encaminhada ao Governo do Estado.

O deputado explicou: afinal, é um membro do primeiro escalão do governo que figura como agressor e ameaçador e este mesmo governo já disse que o assunto "está encerrado". Sem contar que a vereadora Cosete Barbosa (PT), também ameaçada de morte por ter denunciado esquema de tortura e extorsão em presídio campinense, está sob proteção federal porque o governo da Paraíba desconheceu inteiramente o pedido de garantias de vida para a vice-prefeita eleita de Campina Grande.

Sem contar, ainda, que além de Cosete e do auditor Rivaldo, por motivos idênticos ameaças foram e são dirigidas à juíza das Execuções Penais da Capital, Maria das Neves do Egito.

Rivaldo também afirmou na Assembléia que familiares do secretário Adalberto Targino, além de funções de gabinete, percebem um salário mínimo por cada reunião do Conselho Estadual de Entorpercentes. O auditor disse que entre os parentes de Adalberto está a própria esposa do secretário, Socorro Montenegro Targino, membro do órgão colegiado.

O auditor apresentou ainda documentos pessoais que comprovam a sua sanidade mental - ele foi acusado por porta-vozes do governo de ser um "desequilibrado" - e a sua capacidade e qualificação para o exercício da função pública. Mostrou, inclusive, a bateria de exames físicos e psicológicos a que se submeteu para ingressar na Petrobrás. Quanto à acusação de que estaria armado com uma faca e prestes a matar Adalberto Targino, Rivaldo disse que sua única arma, "afiada dos dois lados, é a minha inteligência e a minha firme de decisão de ver extirpado do organismo do Estado esse tumor de corrupção".

Documentos comprovam a denúncia

A denúncia do auditor Rivaldo Targino veio acompanhada por vários documentos, de fichas de protocolo da SCJ à cópia do cheque com que o órgão pagou pela aquisição de materiais no mínimo estranhos para quem tem a atribuição constitucional de zelar pela Cidadania e Justiça. Esses materiais são vestimentas, armamentos e adereços que conferem a seus usuários aspecto de guerreiros ninjas ou militares em missões especiais de combate.

As indumentárias e acessórios foram comprados pela Secretaria à Casa do Militar, de João Pessoa (Avenida Cruz das Armas, 420), pelo valor de R$ 1.114,87. Os itens adquiridos estão relacionados em vários documentos, entre eles um memorando do então chefe do Almoxarifado Central da SCJ, Miranez Matias do Vale, dirigido ao coordenador da Unidade Setorial de Administração, Waldemar Miguel Ebrahim, com pedido de atendimento urgente.

No documento, o chefe do Almoxarifado ressalta que o pedido de urgência nas providências de aquisição "prende-se ao fato de que o referido grupo (o Geat) não poderá agir descaracterizado". E, para agir com a segurança de que não seriam reconhecidos, os "ninjas" do secretário Adalberto Targino teriam que se paramentar com as seguintes roupas, utensílios e disfarces, conforme detalhado no memorando de Miranez:

- coturno modelo militar, preto, atalaia super leve;
- calça modelo militar preta em brim santista;
- camisa em malha preta, lisa, colarinho redondo;
- cinto de guarnição, modelo militar, preto;
- coldre de perna modelo militar, em naylon, calibre 38 C. médio, preto;
- coldre de perna modelo militar, em naylon, calibre 380, preto;
- capuz preto modelo militar;
- porta carregador duplo, em naylon, preto, pistola 380;
- porta algema aberto, em naylon, preto.

No dia seguinte, a Secretaria já contava com orçamentos fornecidos pela Casa do Militar (que cotou o pedido em R$ 1.133,00), Forte Militar (de Campina Grande, com proposta orçada em R$ 1.734,50) e Cavalcanti & Morais Ltda., casa pessoense especializada em caça, pesca e armas, que venderia tudo ao preço de R$ 2.396,00.

Venceu, claro, a Casa do Militar, que recebeu a quantia devida por ordem do próprio Adalberto Targino, como se vê na folha 09 do processo 1563/00 da SCJ, que teve suas peças principais reproduzidas e entregues por Rivaldo à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia.

O auditor colocou-se à disposição para fornecer novos elementos e documentos que podem aprofundar as questões envolvendo irregularidades na SCJ.

Mais uma vez, o governo não compareceu nem mandou representante para a sessão da Comissão de Direitos Humanos. Também não se pronunciou de outra forma acerca das novas acusações formuladas pelo auditor Rivaldo Targino.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

ALMOXARIFADO CENTRAL

MEMORANDO

URGENTE

Data	Destino	Número
13/03/2000	USA	011/2000

Senhor Coordenador

Venho pelo presente solicitar de Vossa Senhoria, que se digne em providenciar a aquisição dos materiais abaixo relacionados, em caráter de **URGÊNCIA**, materiais estes que deverão ser usados no **GRUPO ESPECIAL DE APOIO TÁTICO – GEAT**. Por outro lado, tal urgência prende-se ao fato que o referido grupo não poderá agir descaracterizado.

1- 10 (dez) coturnos modelo militar, preto, atalaia super leve;
2- 20 (vinte) calças modelo militar preta em brim santista;
3- 20 (vinte) camisas em malha preta, lisa, colarinho redondo;
4- 10 (dez) cintos de guarnição, modelo militar, preto;
5- 08 (oito) coldres de perna modelo militar, em naylon, calibre 38 C. médio, preto;
6- 02 (dois) coldres de perna modelo militar, em naylon, calibre 380, preto;
7- 10 (dez) capuz preto modelo militar;
8- 02 (dois) porta carregador duplo, em naylon, preto, pistola 380;
9- 10 (dez) porta algema aberto, em naylon, preto.

Sem mais para o momento e na certeza de contar com a vossa aquiescência, manifesto o mais alto respeito e distinta consideração.

Atenciosamente,

MIRANEZ MATIAS DO VALE
Chefe do Almoxarifado Central

TOSCANO DE BRITO Serviço Notarial
2º Ofício de Notas
João Pessoa (PB)
07 NOV. 2000
Autentico esta fotocópia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

Ilmo. Sr.
Dr. WALDEMAR MIGUEL EBRAHIM
M.D. Coordenador da USA
NESTA

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA
Av. João da Mata, S/N - Bloco II - 4º Andar
Centro Administrativo - Jaguaribe
CEP 58.019-900 - João Pessoa - PB
Fones: (083) 241-3210 - Ramal 302 - 241-2580 - 241-3534

PARAÍBA
AUSTERIDADE E DESENVOLVIMENTO

Ao lado, o pedido de compra urgente; acima, no círculo, o secretário Adalberto Targino autoriza o empenho para posterior pagamento das indumentárias e acessórios para o Geat

(HUM MIL CENTO E QUATORZE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)
MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA C DO MI
ParaiBan
Banco do Estado da Paraíba S.A.
AG. CRUZ DAS ARMAS
AV. CRUZ DAS ARMAS, 504
JOAO PESSOA - PB

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA
COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE ALIMENTOS E MATERIAIS - CRAM
TERMO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO Nº 0170/2000

Ao lado, o cheque emitido em nome de Maria Margarida de Oliveira, da Casa Militar; acima, termo de recebimento do material, assinado por um dos membros do Geat, Joseney Feitosa, então presidente da CRAM - Comissão de Recebimento de Alimentos e Materiais da SCJ

Os "ninjas" do Secretário

Os integrantes do Geat são todos funcionários que exercem cargos em comissão da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado ou foram nomeados como *pro tempore* por Adalberto Targino. Há, entre eles, Josemar Mendonça de Almeida, servidor efetivo, concursado, que atua junto a outros 18 ninjas. Essas informações constam de documento entregue por Rivaldo Targino da Costa à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia.

O auditor afirma que o Geat é formado por pessoas treinadas (pela Acadepol – Academia de Polícia) "para matar, torturar e espalhar o terror por todo o Estado". Diz que o grupo atua principalmente nas noites de sextas-feiras e aos sábados, domingos e feriados. De acordo com a denúncia, são os seguintes os integrantes do "grupo de extermínio formado pelo secretário de Cidadania e Justiça do Estado da Paraíba, José Adalberto Targino Araújo":

- Jair César de Miranda Coelho, coordenador do Sistema Penitenciário do Estado;
- Joseney Feitosa de Azevedo, assessor especial, sub-chefe de Gabinete, cunhado do secretário Adalberto Targino;
- Miranez Matias do Vale, chefe de Segurança e ex-chefe do Almoxarifado;
- Paulo Heriberto Magalhães Soares, diretor adjunto do Presídio de Segurança Máxima Sílvio Porto;
- Gilberto da Cunha Dias, chefe de Transporte e ex-motorista do secretário;
- Emerson Andrade de Carvalho, genro do chefe de Transporte;
- Jeferson Andrade de Carvalho, irmão de Emerson;
- Henilton Lucena da Silva, vulgo Diabo Loiro;
- Ângelo Marcelo Pessoa Leite, chefe de Comunicações;
- Ednaldo Oliveira Correia, segurança do secretário;
- Evaristo, vulgo Hulk;
- Luiz Carlos da Silva;
- Adriano Batista de Almeida, motorista;
- Edvaldo Medeiros de Farias, motorista, vulgo Parafuso;
- Antônio Marcos, filho de Parafuso;
- Expedito Hélio da Silva;
- Josemar Mendonça de Almeida, agente penitenciário concursado, praticante de judô;
- Josenilton Porto Wanderley;
- Carlos Petrucci Gomes Brandão, vulgo Petrúcio.

Rubens Nóbrega

Feijão vencido e tentativa de suborno

As denúncias sobre práticas de corrupção dentro da Secretaria da Cidadania e Justiça avolumam-se na mesma proporção daquelas sobre torturas, extorsão e ameaças de morte aos denunciantes. Equiparam-se, também, ao tamanho da aparente indiferença com que o Governo do Estado vem tratando a questão, num esforço evidente para que o assunto caia no esquecimento e na mais absoluta impunidade.

Outro caso escabroso relatado pelo auditor de contas públicas do Estado Rivaldo Targino da Costa, sobre o que se passa na SCJ, envolve José Henrique Filho, sócio da empresa Comércio e Representações Primor Ltda. Em dezembro de 98, o empresário teria tentado subornar o auditor, oferecendo-lhe dinheiro e presentes.

Dois funcionários da Primor foram até a residência de Rivaldo com o claro propósito de "amaciar" o homem que estava atrapalhando uma rendosa transação de fornecimento de feijão vencido à Secretaria de Cidadania e Justiça. Com o agravante de o negócio vir acompanhado de um pedido de elevação de preço da carga em mais 100 mil reais.

Indignado com a abordagem, Rivaldo levou o fato ao conhecimento da Delegacia de Mangabeira. Lá, os emissários da Primor apontaram José Henrique Filho como autor da tentativa de suborno. Uma equipe da Tv Cabo Branco, de João Pessoa, compareceu ao local, entrevistou meio mundo de gente – o auditor, uma delegada (não identificada no relatório) e até mesmo o coordenador do Sistema Penitenciário, dr. Serpa – filmou tudo e... Nada!

"Veio uma ordem superior impedindo a veiculação da matéria", revela o auditor, a quem cabia dar parecer sobre a compra do feijão podre e o pedido da grana a mais para a empresa fornecedora.

Rivaldo lembra ainda que em junho do ano passado, a mesma empresa continuava a fornecer comida para os presídios e, desta vez, entregou carne de charque deteriorada à SCJ. "Mais uma vez, interferi na transação, inclusive levando o fato ao conhecimento do secretário daquela Pasta (Adalberto Targino)", acrescenta. O jabá deu mais ibope que o feijão e a podridão terminou sendo exposta na tela da tevê e nas páginas dos jornais. Apesar disso tudo, a Primor não recebeu qualquer punição.

José Henrique Filho não se deu por vencido, feito suas mercadorias. Dias depois, entrou na sala onde Rivaldo trabalhava. Desta vez, nada de presentes nem propostas. Foi lá portando ostensivamente um trêsoitão na cintura. O auditor comunicou o fato ao gabinete de Adalberto Targino. Nada aconteceu.

"Ainda neste novo ano de 2000, esta mesma empresa (Primor) continua a negociar com a SCJ e há pouco tentou viciar pesquisa de preço", informa o auditor na denúncia ao Ministério Público, ao concluir seu relato sobre a estranha persistência nas relações entre José Henrique Filho, as outras empresas citadas e a Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado.

***

Na última quinta-feira, novos detalhes sobre comida estragada estocada em presídios, mercadorias licitadas de um jeito e fornecidas de outro à Secretaria de Cidadania e Justiça, entre dezenas de irregularidades nessa área, foram denunciados pelo deputado Arthur Cunha Lima (PMDB). Ele apresentou documentos que confirmam as denúncias. Apesar disso tudo, previsível que o governo Maranhão perca mais uma vez o olfato ou tape o nariz. Para não sentir a podridão que exala de suas próprias entranhas.

JORNAL DA PARAÍBA

Campina Grande, sexta-feira, 17 de novembro de 2000

Simon lançado para presidente

Cerca de 2.500 militantes do PMDB lotaram a Arena de "Multiusos Culturais de Joinville para aclamar o lançamento da pré-candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a presidente da República.

Em todos os discursos, a indicação do que será o mote principal da campanha: a ética de Simon e a preocupação com a situação social do país. **Política**

Auditor acusa secretário de formar grupo de extermínio

Dizendo-se ameaçado de morte pelo secretário, o auditor de contas públicas, Rivaldo Targino, voltou a acusar ontem, em audiência pública na Assembléia Legislativa, Adalberto Targino, titular da Justiça e Cidadania, de formação de um grupo de extermínio treinado para matar e torturar presos na Paraíba.

"São os mesmos que torturaram 16 presos na Penitenciária de Segurança Máxima Silvio Porto", acusou o auditor perante a comissão de Direitos Humanos da Assembléia, durante os trabalhos presididos pelo deputado Luiz Couto. O ministro da Justiça, José Gregori, já determinou agentes da Polícia Federal para assegurar a integridade física do auditor.

João Pessoa

• AUDIÊNCIA PÚBLICA

Secretário acusado de formar grupo de extermínio

Presidiário promete revelar esquema de recepção de cargas roubadas no Estado

Michelle Sousa

Por mais autoridades que o Congresso Nacional dos Transportadores de Cargas, aberto ontem pela manhã em João Pessoa, possa atrair, dificilmente um nome chamará mais atenção do que o de Sálvio Barbosa Vilar. Trata-se de um presidiário de Campinas, São Paulo, que promete revelar hoje todo o esquema de receptação de roubos de cargas na Paraíba e Pernambuco no primeiro depoimento que vai prestar na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura em todo o país o roubo de cargas transportadas por vias rodoviária, ferroviária e aquaviária. A possibilidade de acareação entre o apenado e pessoas apontadas por ele como receptadores faz crescer a expectativa em torno do depoimento.

Sálvio Barbosa Vilar já chegou à Paraíba desde o início da semana e está sob escolta da Polícia Federal, em lugar sigiloso. Desde então, ele e os policiais percorrem em diligências fazendas da Paraíba e Pernambuco apontadas pela testemunha como receptadoras de cargas roubadas na região. Numa delas, localizada no Estado vizinho, já teriam sido identificados 14 caminhões roubados.

sendo protegido pela Polícia Federal e percorrendo o país, no sentido de apontar todos os pontos de receptação. A família dele já está fazendo parte do programa de proteção a testemunhas.

Presidida pelo senador Romeu Tuma, a CPI de roubo de Cargas foi instalada em maio deste ano e em sua formação possui dois parlamentares paraibanos como titulares: o senador Wellington Roberto e o deputado federal Carlos Dunga.

ACAREAÇÃO

A pauta da audiência pública de hoje da CPI do Roubo de Cargas altera a programação do Congresso e vai começar às 11h. Segundo o secretário da Comissão Naurides Barros, a possibilidade de acareação entre o apenado e pessoas apontadas por ele como envolvidas no esquema pode fazer desse depoimento um marco nas investigações.

PREJUÍZOS

Segundos dados da Associação Brasileira de Transportadoras de Carga (ABTC), que promove o Congresso Nacional, os prejuízos financeiros com o roubo de carga no país já chegam a R$ 145 milhões somente no primeiro semestre desse ano, quando aumentaram em 24,5% o número de ocorrências em relação a igual período

Mais uma denúncia foi feita ontem em audiência pública na Assembléia Legislativa pelo auditor de contas públicas Rivaldo Targino. Ele acusou o secretário de Cidadania e Justiça do Estado, Adalberto Targino Araújo, de autorizar a formação de um grupo de extermínio, por funcionários da secretaria, treinados para matar e torturar presidiários na Paraíba.

Segundo Rivaldo Targino, esse grupo é formado por membros do GEAT – Grupo Especial de Apoio Tático. "São os mesmos que torturaram os 16 presos na Penitenciária de Segurança Máxima Silvio Porto, no último dia 12. Eles atuam nas noites de sexta e aos sábados, domingos e feriados. Durante a semana eles trabalham na secretaria", denunciou Rivaldo Targino.

O auditor, que se diz ameaçado de morte pelo secretário Adalberto Targino, se referiu ao GEAT como o novo "Esquadrão da Morte". Ele alegou que o grupo atua não só no presídio Serrotão, de Campina Grande, mas que também já se estendeu por todos os presídios do Estado. Ele exibiu e distribuiu a cópia de documentos que procuram comprovar as irregularidades cometidas na administração do secretário de Cidadania e Justiça.

O deputado Luiz Couto, que

Auditor Rivaldo Targino exibiu documentos que procuram comprovar as irregularidad

preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, anunciou que já encaminhou para o ministro da Justiça, José Gregori, um ofício solicitando proteção ao auditor. "O ministro já designou dois agentes da Polícia Federal para acompanhar Rivaldo Targino", informou Luiz Couto.

Rivaldo Targino ainda defendeu-se das acusações de insanidade mental, mostrando exames e diplomas que atestariam sua capacidade intelectual e psiquiátrica. O deputado Artur da Cunha Lima que, por várias vezes se pronunciou em defesa do auditor, afirmou que as autoridades competentes não deveriam esconder-se das denúncias de corrupção. "Não podemos ser 'avestruzes' diante dos pr blemas e das irregularidad que foram apontadas".

O deputado Luiz Couto af mou que na próxima segund feira será enviado um dossiê co todas as denúncias de irregul ridades na secretaria de Cidad nia e Justiça para a Comissão d Direitos Humanos do Congre so Nacional.

Walter Santos

wscom@zaitek.com.br

Dias contados

O Governo do Estado já decidiu que não abrirá mão de punir qualquer auxiliar, independentemente de posição ou parentesco com o *staff* principal, caso seja constatada alguma atitude discrepante da orientação do governador José Maranhão de agir com transparência e rigor no trato das gestões e contas públicas.

Esta é a decisão extraída das várias reuniões realizadas dias atrás no governo diante das acusações contra o Secretário de Cidadania e Justiça, Adalberto Targino, de ter ameaçado o auditor (primo?) Rivaldo Targino por conta de citações de má conduta na gestão da pasta.O secretário nega tudo.

Mas, conforme revelou uma fonte de influência no grupo maranhista, mesmo com a decisão de punir, se for necessário, o Governo não vai promover o linxamento precipitado e público de seus auxiliares, até porque garantirá o princípio de ampla defesa.

Só que, no exame dos documentos, auxiliares do governo,embora tivessem se negado a apontar nomes, garantem que as atuais acusações são idênticas às denúncias feitas no Governo Ronaldo a um dos atuais principais acusadores contra Adalberto.

Na prática, a dedução aponta para a lógica de que o governo quer dizer que vai envolver/acusar o deputado Artur Cunha Lima em idêntico processo, mesmo porque no governo anterior nem o deputado Luiz Couto nem a vereadora Cozete Barbosa -os outros dois acusadores - faziam parte da administração.

Este é o preâmbulo de uma novela que deve desembocar em acalorados discursos a partir da próxima terça-feira na Assembléia Legislativa com o governo anunciando que não deixará nada sem resposta. E a oposição também.

PT 10

IFERÊNCIA

TRATÉGIA E ICULAÇÃO

A Conferência Na- l de Prefeitos e refeitos do PT dis- os "desafios e ta- políticas" que os os eleitos terão a da posse, em 1º de de 2001. Em 1992 , o PT organizou ões semelhantes eleição. O PT vai de 10 a 12 de no- o em Brasília, os efeitos eleitos. Os eitos como vice- tos, em alianças outros partidos, m serão convida- sim como os "pre- liados".

DENÚNCIA ENVOLVE GESTÃO DE ARTUR

Líder do governo diz ainda que o dossiê não faz menção contra o secretário Targino

As denúncias feitas pelo auditor de contas públicas, Rivaldo Targino da Costa, contra a Secretaria de Cidadania e Justiça, devem ser respondidas pelo deputado estadual Artur Cunha Lima, segundo afirmou ontem o deputado estadual e líder do Governo na Assembléia Legislativa, Gervásio Maia. Rivaldo Targino denuncia que houve um superfaturamento na Secretaria de Cidadania e Justiça, quando foram gastos no conserto de sete viaturas daquela pasta o valor de R$ 228.643,05 (duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinco centavos), isso no ano de 1996. Na época a que a denúncia se reporta, a Secretaria era comandada pelo atual deputado estadual Artur Cunha Lima.

Gervásio lembra que, sobre o assunto, o procurador do Estado, Sebastião Lucena, emitiu parecer técnico-jurídico fazendo uma análise da representação/denúncia feita por Rivaldo Targino da Costa ao Ministério Público. O parecer do procurador,

GERVÁSIO espera resposta

diz que no dossiê de Rivaldo Targino da Costa não há qualquer menção direta ou indireta contra a pessoa do secretário Adalberto Targino. "Ao contrário, o auditor Rivaldo, tanto o elogia nos documentos como sempre o enalteceu verbalmente, ressaltando a sua firmeza moral, honestidade e zelo com a coisa pública".

Na realidade – diz ainda o parecer – todas as denúncias são jogadas contra o técnico Sinval Alves de Carvalho, coordenador da Unidade Setorial Financeira da Secretaria de Cidadania e Justiça, técnico esse que foi nomeado pelo então secretário Artur Paredes da Cunha Lima e afastado das suas funções há quase dois meses pelo secretário Adalberto Targino. Todas as denúncias feitas na representação de Rivaldo Targino da Costa junto ao Ministério Público referem-se ao ano de 1996, ano em que Artur Cunha Lima respondia pela Secretaria da Cidadania e Justiça e que Adalberto Targino nem residia na Paraíba. A representação encaminhada ao Ministério Público é concluída dizendo que em 1996 (portanto, na gestão Cunha Lima) se gastou tanto com os poucos veículos da Secretaria da Cidadania e Justiça que "mais econômico seria andar de ônibus espacial da Nasa".

Sem comentários - Sobre a denúncia de Rivaldo Targino da Costa contra o ex-coordenador da Unidade Setorial de Finanças da Secretaria de Cidadania e Justiça, Sinval Alves de Carvalho, Gervásio disse que não há o que se comentar. Ele informou que tão logo tomou conhecimento da primeira denúncia contra Sinval Alves, o secretário Adalberto Targino determinou a instauração imediata de uma Comissão Especial de Sindicância Administrativa – composta por pessoas idôneas e respeitáveis, tais como a auditora do Tribunal de Contas da União, Terezinha Cruz, defensor público Paulo Celso do Vale Filho, e pelo advogado Orlando Duarte de Melo. A referida comissão concluiu, por unanimidade, que nenhum indício houvera que incriminasse Sinval.

A FRASE

"Rivaldo Targino é que chegou ao gabinete do secretário cheio de ódio"

Gervásio Maia (Deputado)

NOVA VERSÃO

RIVALDO AGREDIU

Com relação as denúncia de Rivaldo Targino da Costa de que teria levado uma surra do secretário Adalberto Targino e do defensor público e pastor Carlos Roberto Barbosa, Gervásio citou um documento – assinado por defensores públicos, advogados, assistentes sociais e militantes dos direitos humanos – que afirma: "não passa de uma deslavada mentira arquitetada por um desequilibrado, que estava armado de faca-peixeira e ameaçava o secretário e o defensor público". Segundo testemunhas, Rivaldo Targino foi dominado e interrogado espontaneamente por autoridades idôneas e na forma da lei.

Gervásio disse que o secretário Adalberto Targino admite que agrediu Rivaldo Targino da Costa verbalmente. "Mas se assim agiu, foi em legítima defesa, já que o agressor invadiu o seu gabinete de faca-peixeira em punho e lhe fazendo ameaças". E acrescentou: "apenas cerca de 50 dias depois é que Rivaldo Targino da Costa apareceu com uma armadilha bem urdida, tendo como instrumento do crime uma gravação com um suposta voz do secretário ou do pastor".

05 ANOS DE SAUDADE

OSELMAR DE CASTRO BARRETO

Seus pais, esposa, filhos, neto, genro, nora, ir-

AMEAÇAS DE MORTE A AUDITOR

ARTHUR COBRA NA AL INVESTIGAÇÃO DO CASO

Deputado acusa o governo de tentar despistar, ao invés de apurar as denúncias

Mostrando declaração assinada pelo auditor Rivaldo Targino da Costa, que o isenta de qualquer acusação, denúncia ou irregularidade constantes do processo em que este moveu contra a Secretaria de Cidadania e Justiça, o deputado estadual Arthur Cunha Lima disse ontem que na verdade o Governo do Estado está com receio de enfrentar a opinião pública acerca das denúncias de Rivaldo e da ameaça de morte que ele recebeu por parte do secretário Adalberto Targino. "O governo não quer apurar, quer despistar".

Para o deputado o Governo foge da questão fundamental que é a ameaça de morte feita por Adalberto Targino ao seu primo e auditor Rivaldo Targino da Costa e das denúncias que este fez da improbidade administrativa, prevaricação e corrupção generalizada contra o coordenador financeiro da Secretaria. Arthur disse que todas as vezes que o Governo do Estado é acusado de alguma coisa e que estas acusações se acumulam espontaneamente, o acusado procura desqualificar o denunciante e jogar os fatos para questões que não tem nada a ver com o que se está denunciando.

NA TRIBUNA - Arthur Cunha Lima negou envolvimento

Arthur disse também que prova disto é que a fita apresentada na reunião da Assembléia durante reunião da Comissão de Direitos Humanos em que o secretário Adalberto Targino agride e ameaça de morte o auditor não foi contestada, nem as suas outras acusações foram sequer respondidas. O deputado disse ainda que a opinião pública entendeu claramente a "cortina de fumaça" e a tentativa de despiste que estão querendo fazer, mas que a "verdade certamente prevalecerá".

A FRASE

"O governo não quer apurar, quer despistar"

Arthur Cunha Lima (Deputado estadual)

O parlamentar isentou-se de qualquer envolvimento na questão que foi abordada na reunião da Comissão de Direitos Humanos, a semana passada, mas que sua condição de deputado eleito pelo povo determina que ele exija a apuração das responsabilidades dos graves fatos denunciados pelo auditor.

No documento que o parlamentar encaminhou às redações, Rivaldo Targino diz textualmente, referindo-se a Cunha Lima e reportando-se ao Processo 200200001678-5 que tramita na 1ª Vara Criminal, na qual o poder público indiciou servidores graduados da Secretaria de Cidadania e Justiça "que não há qualquer assinatura de V. Exa. Como Ordenador de Despesa ou agente público". O auditor foi quem fez as denúncias ao Ministério Público e que tiveram como conseqüência o mencionado processo.

Arthur também lembra que as contas de 1996 e relativas à época em que foi Secretário já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e pela Assistência, cujo Decreto Legislativo, de número 87/97, foi publicado pelo Diário do poder Legislativo na edição 3.275 de 02.09 de 1997.

Crispim: "Servidores já foram afastados"

O secretário de comunicação do governo, Luiz Augusto Crispim, afirmou ontem que o secretário Adalberto Targino já chegou a afastar mais de 30 funcionários da Secretaria de Cidadania e Justiça acusados de cometerem arbitrariedades e que jamais permitiu irregularidades na sua pasta.

"O secretário Adalberto Targino é um homem probo e isso ficou comprovado nas palavras ditas ontem na Assembléia Legislativa pelo deputado Gervásio Maia, que foram aplaudidas pelo próprio deputado Antônio Ivo, notoriamente ligado ao grupo que faz oposição ao governador José Maranhão, liderado pelos Cunha Lima", frisou Crispim.

Luiz Augusto Crispim considera o assunto "devidamente" encerrado, ressaltando que "embora prossigam as outras sindicâncias no que diz respeito a eventuais abusos que tenham sido cometidos por agentes penitenciários que receberão o mesmo tratamento penal e disciplinar, como o que o secretário Adalberto Targino tratou todos os demais, obedecendo a recomendação do governo de ser implacável com quem for encontrado em culpa".

ABUSOS - Crispim diz que denúncias estão sendo investigadas

Ex-secretário aponta responsável

"As despesas que autorizei na época foi por acreditar que estava certo". A afirmação foi feita ontem por José Job Sobrinho, que era secretário adjunto de Cidadania e Justiça em 1996, ano em que o titular da pasta era o atual deputado estadual Arthur Cunha Lima. As despesas a que se refere José Job foram autorizadas pelo então secretário de Cidadania e Justiça, deputado Arthur Cunha Lima, que como titular do cargo era o responsável pelos gastos efetuados pela pasta.

A declaração de José Job Sobrinho foi em resposta a um pronunciamento do deputado Artur Cunha Lima ontem. Cunha Lima disse que no documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público existem as assinaturas de José Job, Jacinto Dantas e Adalberto Targino como ordenadores de despesa da Secretaria de Cidadania e Justiça. Não constando, segundo ele, a sua assinatura.

A denúncia de superfaturamento no conserto e manutenção de veículos, feita por Rivaldo Targino, são relativas ao ano de 1996. Na época, José Job era adjunto da Cidadania e Justiça, mas Adalberto Targino era procurador geral da Defensoria Pública do Governo Garibaldi Alves, em Natal. Portanto, não pode ser responsável pelo superfaturamento e nem por qualquer despesa efetuada pela Secretaria de Cidadania e Justiça.

Em relação às denúncias contra Sinval Alves de Carvalho, a secretaria de Cidadania e Justiça já determinou o seu afastamento da coordenadoria da Unidade Setorial Financeira da pasta. Há cerca de dois meses que ele foi destituído do cargo pelo secretário Adalberto Targino.

Já o deputado Jacinto Dantas (PMDB) ressaltou a idoneidade, tanto do secretário Adalberto Targino, quanto do coordenador financeiro, Sinval Carvalho, que inclusive foi nomeado pelo ex-secretário Arthur Cunha Lima. "De qualquer forma, o documento enviado por Rivaldo Targino ao Ministério Público não isenta o atual deputado Arthur Cunha Lima, que legalmente era o ordenador de despesas da Secretaria de Cidadania e Justiça no ano de 1996".

Jacinto Dantas disse que ao longo de toda a sua vida pública nunca se esquivou de autorizar despesas inerentes ao cargo que exercia. "Eu fui prefeito, presidente de estatal, secretário adjunto por mais de 4 anos e sempre soube o que fiz. Nunca me escondi, pedindo a outros que assinassem por mim. E fico muito satisfeito, ao constatar que com toda sua doentia perseguição ao servidor Sinval Carvalho o senhor Rivaldo Targino constatou que o menor custo/ano por veículo deu-se no período em que eu fui um dos responsáveis pela parte administrativa da Secretaria de Justiça".

Giovanni Meireles
ANTENADO

Esta coluna tem uma linha direta para a sociedade e a classe política sugerirem assuntos que mereçam debate. Este jornal não aceita denúncias anônimas. Nosso e-mail é: giovannimeireles@uol.com.br. Fale comigo pelo (83) 9986.9233.

ATÉ CATÃO APÓIA MÁRIO

O ex-ministro tucano Fernando Catão, atual secretário das Finanças da prefeitura municipal de João Pessoa, confirmou ontem que não será candidato a deputado federal, nas próximas eleições. "Se Cícero Lucena (PSDB) deixar a prefeitura, eu saio junto com ele", revelou, dando pistas sobre o futuro imediato dele. Em relação ao ex-secretário de Planejamento do Estado, Mário Silveira (PDT), Catão explicou que concorda com praticamente tudo que foi dito por ele, em entrevista coletiva na "Casa Rosada". Ele mostrou-se abismado com os números divulgados. "Apenas R$ 3 milhões investidos no aeroporto Castro Pinto, contra R$ 57 milhões gastos pelo governo do Rio Grande do Norte no aeroporto Augusto Severo, é um exemplo da má administração do Estado", criticou Catão (foto acima).

Adalberto contra-ataca

A assessoria de imprensa do secretário de Justiça & Cidadania do Estado, Adalberto Targino, informou ontem que as dez testemunhas arroladas pelo servidor demitido daquela pasta, Rivaldo Targino da Costa, foram intimadas pelo juiz titular da 1ª vara criminal de João Pessoa, Marcos William de Oliveira. Entre os citados está o ex-funcionário Cirne Araújo, demitido por causa do envolvimento dele na prática de maus tratos a alguns presos da penitenciária do Serrotão. Todos compareceram à audiência sem sofrer qualquer tipo de pressão.

Testemunhas negam pressão

Os assessores de Adalberto também negaram que os dez servidores (todos estáveis e não pro-tempores) tivessem autorizado o advogado Artur Aquiles a representá-los judicialmente. Em documento remetido ao colunista, os servidores Vera Neumani Ramos, Rogélio Cavalcanti Melo, Joaquim Cordeiro Rocha, Vitória Régia Pires da Costa, Webston Fernandes da Silva, Pedro Paulo de Menezes, Cirne Araújo, Marcos Antonio Vieira Gomes, Gilsonete Ferreira de Souza e Maria da Conceição Casado, asseguram que não foram pressionados.

CAMPANHA / Pefelis

Efraim
mas ad

JOÃO PESSOA
LUÍS TÔRRES
da reportagem local

O presidente do PFL paraibano, deputado federal Efraim Morais, garantiu ontem, após retornar de Marrocos, que não houve nenhuma alteração nos planos de disputar o governo do Estado nas eleições de outubro. "Minha candidatura está posta e, eu repito, é fruto de uma decisão do meu partido", salientou. Com a garantia de manutenção da candidatura, Efraim põe fim à expectativa causada por declarações do deputado estadual José Lacerda, que teria anunciado a desistência do dirigente pefelista.

Efraim Morais garantiu também não ter ficado descontente com as declarações de Lacerda. Para ele, o parlamentar pefelista apenas exprimiu uma posição: "A minha desistência, talvez, tenha sido o pensamento do deputado José Lacerda, o melhor para o partido e as bancadas", ponderou. O presidente regional do PFL re-

ANÚNCIO

Giovanni Meireles
ANTENADO

Esta coluna tem uma linha direta para a comunidade sugerir assuntos polêmicos. Este jornal não aceita denúncias anônimas. Nosso e-mail é: giovannimeireles@uol.com.br.Fale comigo pelo 9986.9233.

TUCANAS SAEM DO NINHO

É voz corrente no ninho tucano da coligação "Por Amor à Paraíba", que as lideranças femininas do PSDB e do PFL, deverão entrar com mais ênfase em ritmo de campanha, a partir deste final-de-semana. Entre os nomes que deverão se acostar à 1ª dama da Capital, Lauremília Lucena (candidata à vice-governadora, na foto), estão o de Sílvia Cunha Lima (esposa do candidato a governador, Cássio Cunha Lima) e Glória Cunha Lima (mãe do candidato). Essa estratégia visa sensibilizar o eleitorado feminino, que está em grande parte, ainda indeciso. Juntas, as três vão reeditar em escala estadual as dobradinhas femininas que possibilitaram Cássio ser eleito e reeleito prefeito de Campina Grande, assim como Cícero Lucena, que conseguiu o mesmo feito, em João Pessoa.

Estado põe, Estado tira

O governador Roberto Paulino (PMDB) reintegrou ao serviço público o ex-auditor de contas do estado, Rivaldo Targino da Costa (que está foragido). Ele havia sido demitido por abandono de emprego, mas ganhou uma ação impetrada no tribunal de Justiça e voltou ao cargo. No mesmo ato em que reintegrou Rivaldo, Paulino mandou abrir novo processo administrativo disciplinar contra o funcionário. Ele é quem denunciou a prática de torturas dentro dos presídios, por parte de servidores graduados da secretaria de Justiça e Cidadania, sendo punido por isso.

Prefeitura engana estudantes

A prefeitura municipal de Sapé vem há vários anos lesando os bolsistas do Programa Estudante Convênio–Rede Pública (Pec-RP) pagando valores inferiores ao firmado com a universidade Federal da Paraíba e a Funape. A denúncia foi feita pelo presidente do sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Jorge Galdino de Almeida. Segundo ele, tanto o convênio firmado quanto uma resolução do Consepe estabelecem uma bolsa de estudos no valor não inferior a R$ 151,00, mas o que é realmente pago aos estudantes é menos de 2/3 deste valor, ou seja, R$ 100,00.

RETA FINAL / De dia d

Teleme artifícic

JOÃO PESSOA
LUIS TÔRRES
da reportagem local

Os candidatos a carg eletivos este ano Paraíba estão atentos massificação do consumo de nhas telefônicas fixas e, prir palmente, de aparelhos celu res. É tanto que muitos de vêm enviando, a qualquer h do dia ou da noite, mensag eleitoreiras, procurando, intermédio dos meios, conqu tar a confiança dos eleitor Como celular e linha telefôn são, hoje em dia, como vonta - todo mundo tem a sua torna-se amplo o universo eleitores a serem assediados

O problema é que Ministério Público Eleitoral aplaude a nova forma de pro ganda eleitoral. E por dois tivos: primeiro, porque a pro ganda é feita em bem particu sem a prévia autorização proprietário e, segundo, por no dia das eleições, quando

Giovanni Meireles
DE JOÃO PESSOA

Esta coluna tem uma linha direta para a comunidade sugerir assuntos polêmicos. Este jornal não aceita denúncias anônimas. Nosso e-mail é: giovannimeireles@uol.com.br.Fale comigo pelo 9986.9233.

PSTU QUESTIONA PESQUISAS

"As pesquisas divulgadas no último final-de-semana pelo jornal Correio da Paraíba trazem à tona uma pergunta bem interessante: a serviço de quem está esse conceituado jornal do nosso Estado? No Correio do dia 22 de setembro (nº 049), a empresa Mídia 21 mostra em sua capa a pesquisa com projeção de 2º turno e na parte interna da página Política A-3, o jornalista Josival Pereira aponta todos os dados da pesquisa. O mais interessante e que chama atenção, é que no jornal de 29 de setembro (nº 056), novamente a pesquisa divulgada pelo Mídia 21 reaparece com outros números. Entretanto, a matéria do caderno Política A-3, assinada pelo mesmo jornalista, repete na íntegra o que foi divulgado no jornal anterior. Até a posição de José Maranhão (PMDB) o jornalista erra. Afinal, o eleitor pode acreditar em pesquisa???" E-mail de Alexandre Arruda, candidato a governador pelo PSTU (foto acima).

Tucanos acompanham apuração

O deputado estadual Ruy Carneiro (PSDB) vota logo cedo hoje, em João Pessoa. No início da manhã, ele estará na 9ª seção da 76ª zona eleitoral (colégio PHD, no bairro de Miramar). Depois, deverá se reunir com o prefeito Cícero Lucena (do mesmo partido) para acompanhar o andamento do pleito. Após o encerramento das urnas, o deputado vai monitorar a marcha das apurações. A assessoria de informática de Ruy já preparou os computadores do escritório eleitoral do parlamentar tucano, que acompanharão as apurações on-line no Estado.

Torturas param na Internet

Está no site www.verbas.cjb.net: "Clique no link para ouvir trecho da sessão de tortura de que foi vítima o auditor Rivaldo Targino da Costa, então torturado pelo secretário de Estado José Adalberto Targino Araújo, Jair César de Miranda Coelho, Carlos Roberto Barbosa, Ângelo Marcelo Pessoa Leite e Adnaldo Correia. A sessão de tortura ocorreu no dia 18 de setembro de 2000 e durou quase quatro horas. A vítima, com um minigravador amarrado à perna, junto ao sapato, captou o som das pancadas, gritos e humilhações a que foi submetido".

DISPUTA / Partidos b

PSDB e deputa

CAMPINA GRANDE

TIMÓTEO DE SOUSA

da reportagem local

Os principais partidos Paraíba consideram q conquistarão a mai parte das vagas disputadas Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados e S

O NORTE

EXEMPLAR DE ASSINANTES FONES: 249-2100

MARÉS — Altas: 10:38 2.0 / 23:41 1.9 — Baixas: 04:32 1.0 / 17:21 0.8

www.jornalonorte.com.br

João Pessoa/PB - Sexta-feira, 23 de maio de 2003 - Ano 95 - Nº 13 - R$ 1,50

DÓLAR — Comercial: Compra R$ 2,980 / Venda R$ 2,985 — Paralelo: Compra R$ 3,01 / Venda R$ 3,09

FALE CONOSCO: ASSINATURA: (083) 249.2100 - CLASSIFICADOS: (083) 249.2200 - REDAÇÃO: (083) 241.1585 - COMERCIAL: (083) 241.5377

Vital diz que o Estado pagava "ninjas" para torturar presos

Olenildo Nascimento

O secretário de Justiça, Vital do Rego, denunciou ontem que homens encapuzados, vestidos de preto e com armas da Secretaria da Cidadania e Justiça eram pagos pelo Estado para prática de tortura contra presos. Vital disse que os "ninjas" agiam livremente. A3

Lima Irmão nega que exista crime organizado na PB

SESSÃO ESPECIAL NA ASSEMBLÉIA

Vital denuncia que Estado financiava tortura a presos

Homens encapuzados e portando armas da Secretaria de Cidadania e Justiça agiam livremente

Vanderlan Farias
Repórter

Homens encapuzados, vestidos de preto e portando armas da Secretaria da Cidadania e Justiça eram pagos pelo Estado para prática de tortura contra presos, segundo denúncia feita ontem pelo atual secretário da Cidadania, Vital do Rego, durante sessão especial na Assembléia Legislativa. Vital disse que os "Ninjas", como eram chamados, agiam livremente, com a proteção do Estado, e eram responsáveis também por atos de extorsão.

"Encontramos um ambiente carcerário infestado de pessoas viciadas na prática de tortura, passando pela extorsão e culminando com o tráfico. Na Paraíba, tortura e extorsão nunca mais. Nem mesmo depois de mim", afirmou Vital, em discurso emocionado na tribuna da Assembléia Legislativa onde fez questão de lembrar que foi

Ovídio Carvalho

O secretário Vital do Rêgo participou da sessão especial da AL

Líder critica oposicionistas

O líder do governo, deputado Zenóbio Toscano (PSDB), disse que agora pode-se entender a denúncia feita pelo deputado federal Luiz Couto (PT), sobre um complô contra o trabalho do secretário Vital do Rego na pasta da Cidadania e Justiça. Zenóbio criticou a oposição, que muitas vezes fez pronunciamentos e cobranças na Assembléia Legislativa, como se houvesse descaso por parte do governo em relação aos sistema prisional, mas não compareceu para discutir o assunto durante a sessão especial.

"Lamentamos que eles, que tanto recriminaram o governo por causa dessa verdadeira indústria de fugas, não tenham participado da sessão para debater, fazer as suas indagações e denúncias ao secretário Vital do Rego", afirmou Toscano.

Segundo o líder governista, a

Nonato Guedes
nonaguedes@uol.com.br

Os desafios de Vital

Tem sido extremamente espinhosa a missão do ex-deputado Antônio Vital do Rêgo à frente da secretaria de Cidadania e Justiça do Governo. Acossado por rebeliões e tentativas de fugas nos principais presídios do Estado, Vital é injustiçado, em alguns setores da mídia, por ter optado adotar uma filosofia de humanização do sistema penitenciário, a partir de uma radiografia quanto aos vícios e abusos que nele estão entranhados. No íntimo, o secretário está consciente de que é dever do Estado cuidar dos apenados, na forma como prevê a Lei, impedindo que proliferem "os maus tratos e a violação dos Direitos Humanos".

As reações, convém destacar, começam dentro do próprio sistema carcerário, onde há conexões enraizadas entre agentes de "segurança" e intermediários dos subterrâneos externos do crime organizado. A falta de implementação, ao longo dos anos e Governos, de uma política que equacione, por exemplo, o problema crucial da superlotação, terá contribuído, certamente, para agravar esse quadro. Uma realidade que, diga-se de passagem, não é privativa da Paraíba, e alcança seus piques mais extremos em Estados influentes como o Rio e São Paulo, exigindo constantemente mediação do Governo federal.

São inúmeros os desafios que estão postos para o secretário Vital do Rêgo, até porque há uma visão predominante em alguns segmentos de que o Estado paga caro pela manutenção de presos de alta periculosidade, enquanto a sociedade fica desprotegida. Ocorre que a ressocialização

onde fez questão de lembrar que foi torturado durante o regime militar por defender a redemocratização do País.

Pelo menos três ex-integrantes do grupo de tortura ainda estariam em atividade, mas o secretário aguarda ainda receber informações complementares para tomar as medidas cabíveis. "Até para não cometer injustiças, temos que esperar essas informações", sustentou Vital do Rego.

Complô tenta afastamento

Vital confirmou também denúncia do deputado federal Luiz Couto (PT) sobre um complô para derrubá-lo da Secretaria de Cidadania e Justiça por defender medidas humanitárias como solução para o problema carcerário na Paraíba. O secretário contou que ouviu, junto com o seu adjunto, dois dois assessores e a coordenadora do Sistema Prisional, um agente sugerir que colegas, através do sistema de comunicação interno da secretaria, se rebelassem e facilitassem as fugas nos presídios. O fato teria ocorrido em fevereiro passado.

"Imediatamente mandei intaurar sindicância e afastei o agente. Hoje, recebo reclamações de que não deveria tê-lo afastado pela liderança que representa na classe, mas não poderia agir de outra forma", explicou Vital.

classe, mas não poderia agir de outra forma", explicou Vital.

O mesmo agente já respondia três inquéritos por tortura. O diretor e o adjunto do presídio Sílvio Porto também foram afastados, de acordo com Vital do Rego, pelo mesmo motivo. Coincidência ou não, as tentativas de fuga se alastraram depois dessas medidas.

"Chegamos a conclusão de que existe um complô quando não fiscalizam as grades das celas durante o banhol de sol, quando reduzem o tempo do banho de sol para irritar os presos, quando apenados deixam os presídios às três horas da tarde sem qualquer observação por parte de diretores", denunciou o secretário.

A frase

"Chegamos à conclusão de que existe um complô quando não fiscalizam as grades das celas durante o banho de sol para irritar os presos, quando apenas deixam os presídios às três horas da tarde."

Vital do Rêgo

Medidas e ameaças de morte

O secretário Vital do Rego disse que tem recebido ameaças de morte por causa das medidas que vem adotando no sistema prisional paraibano, mas deixou claro que não vai mudar o curso de suas metas nem se intimidar diante das pressões. "Essas ameaças existem, mas não nos intimidam. Tenho consciência que a minha história é muito mais importante que a minha vida", afirmou Vital.

Os desafio são muitos. Um deles é mudar o perfil dos agentes que hoje trabalham no sistema penitenciário. São apenas 135 "teoricamente" comprometidos com o sistema. O restante são servidores desviados de suas funções de origem. Uma das medidas seria a realização de concurso público para contratar pelo menos mais 1.155 agentes distribuídos nas 77 casas penitenciárias existentes e nas sete que devem ser construídas até o final do ano.

O número

135

agentes comprometidos com o sistema é um número muito pequeno e o desafio é mudar esse perfil

A exemplo do restante do País, o sistema carcerário da Paraíba está falido. Em janciro, quando assumiu a pasta, Vital do Rego registrou uma população carcerária excedente de 1.100 presos. Hoje são 1.537. Campina Grande tem uma população carcerária exce-

uma população carcerária exce-

lente de 1.100 presos. Hoje são 1.537. Campina Grande tem uma população carcerária de 183,6%, Guarabira de 208% e Patos de 356,6%, ou quase quatro presos para cada vaga.

As obras de construção destes novos presídios estavam paralisadas porque o estado estava inadimplente num convênio com o governo federal onde deveria desembolsar R$ 3,1 milhão de contrapartida. Amigo pessoal do Ministro da Justiça, Márcio Tomaz de Barros, Vital do Rego vem conseguindo liberar parte dos recursos e o atual governo, a duras penas, colabora da forma que pode.

"Mesmo com a boa vontade do governador Cássio Cunha Lima, que como eu deseja humanizar o sistema prisional da Paraíba, o Estado não tem como bancar a construção de quatro presídios com recursos próprios. É um esforço capenga. Tenho muita fé, mas não é fácil porque somos inadimplentes em R$ 3 milhões e estamos pedindo R$ 9 milhões", explicou o secretário, referindo-se ao valor global dos seis contratos aditivos e mais dois convênios encaminhados ao Ministério da Justiça.

da Justiça.

no Vital do Rego", afirmou Toscano.

Segundo o líder governista, a ausência demonstra que esses deputados de oposição não querem corrigir nada de errado que esteja ocorrendo na administração estadual. "Eles querem apenas fazer oposição por fazer, mas temos certeza que Vital do Rego mostrou mais uma vez que o governador Cássio Cunha Lima acertou em levá-lo para a Secretaria da Cidadania c Justiça", sustentou Toscano.

e m@is

O deputado Rodrigo Soares (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, considerou bastante graves as denúncias feitas por Vital do Rego e defendeu a apuração rigorosa dos fatos revelados durante a sessão especial de ontem.

"Queremos que agentes, policiais ou seja quem for que estiver envolvido nisso seja afastado imediatamente e que a reforma que o secretário disse que quer fazer seja feita para implantar um sistema que traga o preso de volta à sociedade, respeitando os seus direitos", afirmou Soares.

Segundo o deputado petista, o governo deve adotar medidas para garantir os direitos dos apenados e ao mesmo tempo colocar no isolamento aqueles presos

nados e ao mesmo tempo colocar no isolamento aqueles presos

de alta periculosidade, coisa que não vem acontecendo até o momento. "Do mesmo jeito que a droga entra, do mesmo jeito que a tortura acontece, as ordens de bandidos saem dos presídios, como devem estar saindo também bandidos parapraticar delitos e logo depois voltam às suas celas. É preciso mudar esse quadro", comparou.

Rodrigo Soares está aguardando a indicação, por parte dos líderes das bancadas partidárias, dos membros de uma comissão especial de deputados para visitar os presídios e verificar in loco a situação do sistema prisional da Paraíba. A comissão foi sugerida por ele e pela deputada petista Gianinna Farias.

A frase

"Do mesmo jeito que a droga entra, do mesmo jeito que a tortura acontece, as ordens de bandidos saem dos presídios."

Rodrigo Soares

sociedade fica desprotegida. Ocorre que a ressocializaç[ão] do apenado é um investimento que reverterá para a pr[ó]pria sociedade. Vital tem carta-branca do governador e apoio de deputados como o próprio Luiz Couto, do PT.

Emater: polêmica

O deputado federal Benjamin Maranhão, do PMDB, falando no pequeno expediente da Câmara, fez-se porta-voz de servidores da Emater que reclamam do fato do Governo do Estado não ter levado em consideração uma proposta elaborada por extensionistas e demais funcionários, com a participação dos agricultores, "em que fazem um diagnóstico realista dos problemas mais graves na empresa e apontam providências capazes de sanear o órgão".

Benjamin admitiu que a Emater tem problemas, tais como a distribuição irregular da força de trabalho e a dificuldade de recursos para custeio. Lembra que, enquanto alguns escritórios de representação têm funcionários em excesso, em outros há escassez de pessoal. Ressalta que outro problema sério é a fragilidade de gerenciamento. Mas ele receia que a empresa seja transformada em Instituto, e apela ao Governo para reavaliar a situação.

Braga e as pesquisas

O ex-governador e ex-deputado federal Wilson Brag[a] tem demonstrado um interesse particular em analisar e con[]frontar números de pesquisas informais, que têm sido con[]tratadas por políticos de outros partidos ou facções e que s[e] relacionam com projeções (intenções de votos) do eleitora[]do em torno da eleição para a prefeitura da Capital em 2004.

Braga vasculha, com "lupa", as amostragens que che-

Braga vasculha, com "lupa", as amostragens que che-gam ao seu conhecimento. Da mesma forma, não larga o telefone para troca de impressões em torno dos últimos acontecimentos, a exemplo da desfiliação do deputado Ricardo Coutinho do Partido dos Trabalhadores e as implicações desse gesto na conjuntura à vista. Ele continua sendo estimulado a participar ativamente do pleito, na função de candidato à sucessão de Cícero.

No PT, ratificação

A Executiva estadual do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista os últimos acontecimentos referentes à desfiliação do deputado Ricardo Coutinho, resolveu ratificar os termos da resolução política aprovada pela Executiva municipal, que lamenta a saída do parlamentar mas analisa que se tratou de uma decisão de caráter eminentemente pessoal e de responsabilidade intransferível, pois os espaços internos estariam garantidos para defesa.

Um aspecto importante da posição da Executiva estadual é a reafirmação das regras partidárias, alegando que "o PT é um partido democrático e todos os militantes devem se submeter às suas regras, só podendo estas serem modificadas em fóruns específicos no âmbito nacional". Finalmente, deixa claro que o PT terá candidato próprio à prefeitura da Capital "para vencer", em consonância com a estratégia nacional de fortalecimento de Lula.

Informe Campina

Equipe da Sucursal
jcampina@zaz.com.br

Confiar em quem?

As denúncias feitas pelo auditor do Estado, Rivaldo Targino da Costa contra o secretário de Cidadania e Justiça, Adalberto Targino, é de se perguntar em quem se pode confiar na atual conjuntura do país.

Ora, se um secretário de Cidadania e Justiça, que tem a obrigação de dar o bom exemplo, é acusado de passar os pés pelas mãos, fica difícil se acreditar na confiabilidade das nossas autoridades, tanto em nível de estado como de Brasil.

Segundo o auditor Rivaldo Targino, o secretário de Cidadania está implicado até o pescoço em improbidades administrativas a despeito da formação de empresas "laranjas", principalmente no ramo de automóveis.

Além disso, a denúncia do auditor Rivaldo Targino, lhe rendeu segundo ele, ameaças de morte feitas pessoalmente pelo próprio Adalberto Targino, o que também não deixa de ser uma surpresa, já que o secretário sempre demonstrou ser uma pessoa extremamente educada, e por isso mesmo, teoricamente incapaz de proceder desta forma.

Diante disso, se as denúncias do auditor Rivaldo Targino tiver realmente procedência, a situação do secretário Adalberto Targino, não é das mais confortáveis. *(Antonio Marcos)*

Estádio se[...] criação de [...]

Bairro José Pinheiro v[...]

FERNANDA SOUZA

Campina Grande – O Estádio Plínio Lemos, será transformado no Centro Comercial do José Pinheiro brevemente. Com uma extensão de 44 mil metros quadrados, o equipamento tem como objetivo agregar diversos setores comerciais e de prestação de serviços. Além da população do bairros do José Pinheiro, centenas de moradores da zona Leste serão diretamente beneficiados.

O Centro Gregário será um conjunto de sete blocos independentes, interligados como abrigos para diversas ocupações. De acordo com o projeto, serão instalados cerca de 350 boxes, em área cercada coberta e arborizada. O empreendimento será realizado e adminis-

6 OPINIÃO | CORREIO DA PARAÍBA | Paraíba - Domingo, 05 de Novembro

CORREIO DA PARAÍBA

INFORME

EQUIPE CORREIO
waltergalvao@zaz.com.br

Expectativa

No lugar do diálogo, está o fuxico.

A informação foi substituída pela fofoca.

A hierarquia transformou-se numa anedota.

E a autoridade não passa de uma caricatura.

Tudo isso e muito mais nos corredores, desvãos e soleiras, ante-salas e gabinetes, cantinas e banheiros da Secretaria de Justiça do Estado.

Desde que os meios de comunicação trataram de um entrevero do secretário com um procurador.

A confusão instalou-se dado o absurdo da situação: uma autoridade ameaçando um funcionário para que a verdade sobre fatos da administração pública na Paraíba seja escondida.

Mais uma.

O furor da autoridade foi registrado em fita magnética. E difundido aos quatro ventos.

Restará ao fim do tufão apenas a solução de continuidade? A austeridade do Governo mais que contestada foi humilhada. A sociedade aguarda o desfecho.

Tai-stik

Um concentrado à base de maconha, de alta potência estupidificante, está fazendo a cabeça dos chiques do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O tai-stik, mais uma dos químicos de rua da Holanda, chegou pra ficar.

Providências

E em Bagé (RS), o vereador eleito Paulo Figueiredo, gay assumidíssimo, anunciou que pretende trabalhar para embelezar a cidade: "Vou comprar uma prótese dentária, arrancar quatro unhas que estão cheias de fungo e consertar o estrabismo".

Agora, vai!

Helder Moura

hmoura@zaz.com.br

Fugindo da lei

AUDIÊNCIA

Do vice-prefeito Lindaci Medeiros sobre audiência com Maranhão: "Eu nem pedi audiência, nem fui convidado. E se recebesse, não iria. Seria um desrespeito ao prefeito Cássio e a Campina Grande."

RÉU

O procurador Rivaldo Targino que, há poucos dias, acunhou o primo Adalberto Targino, volta-se agora contra o ex Artur Cunha Lima. Gervásio Maia exumou um processo de superfaturamento e transformou Artur de acusador em réu.

DELONGA

Já o prefeito Cícero não teve nenhuma delonga com o trade turístico na reunião sobre a Micaroa. Abriu o café da manhã avisando: "A data já está definida, não vamos mudar. Portanto, vamos cuidar de tomar café."

NASA

Segundo relatório de Rivaldo, apresentado por Gervásio, Artur teria gasto R$ 228,6 mil para consertar sete viaturas. Arremate de Gervásio: "Gastou tanto nos consertos, que seria mais barato andar no ônibus espacial da Nasa."

INVASÃO

A tentativa de invasão do gabinete teria ocorrido na mesma data das ameaças gravadas por Rivaldo: 18 de setembro último. "Ele usava uma faca para matar búfalo", contou Gervásio.

SOBROU

Dois culpados foram apontados por Gervásio. O primeiro, Sinval Alves, ex-coordenador das finanças da Secretaria de Justiça. O outro o deputado e ex-secretário Arthur Cunha Lima.

CPI

Arthur quer uma CPI. Uma já tramita e só conseguiu onze assinaturas. Com doze seria instalada. "Os maranhistas podem assinar, para apurarmos tudo, desde 96", pede o ronaldista.

SAUDADO

Os ronaldistas colocam em sua cota o voto de João da Penha. Os maranhistas, depois da intervenção de ontem, comemoram a permanência do deputado em sua base na Assembléia.

GRAVADOR

Da Penha estranhou que o auditor Rivaldo tenha levado "um murro no peito", sem que o gravador escondido tenha sido destruído. "Mas o gravador estava na perna", lembrou Arthur.

IRÔNICO

Ricardo Coutinho ironizava os que querem lhe expulsar do partido. "Quero ver até onde vai a maldade dessa gente. Sair eu não saio. Vou assistir de camarote o processo de Moscou".

Informe Campina

nhum servidor fazendário poderá participar na qualidade de arrematante ou licitante.

PADROEIRO

No período de 23 a 26 deste mês, será realizada a festa do Bom Jesus dos Martírios, padroeiro do município de Boa Vista. A festa que já tornou-se tradicional naquela cidade, terá a participação da Filarmônica Municipal Bom Jesus e Faustino Filmagens.

DOSSIÊ

A vereadora Cozete Barbosa (PT) apresentou, ontem, aos vereadores todo o dossiê que vem sendo apurado sobre as torturas no Presídio do Serrotão. Na ocasião, ela leu um documento do auditor do Estado Rivaldo Targino, em que acusa o secretário de Cidadania e Justiça do Estado, Adalberto Targino de tê-lo ameaçado de morte.

Paraíba - Quarta-feira, 08 de Novembro de 2000 CORREIO DA PARAÍBA

Gervásio denuncia gestâ

Líder do Governo culpa deputado por superfatu

Gervásio Maia afirma que Artur comandava secretaria de Cidadania

O deputado estadual Gervásio Maia (PMDB), líder do Governo na Assembléia Legislativa, disse ontem que as denúncias formuladas pelo auditor de contas públicas, Rivaldo Targino da Costa, de superfaturamento em conserto de carros da Secretaria de Cidadania e Justiça, devem ser respondidas pelo deputado estadual Arthur Cunha Lima (PMDB), à época, secretário da Pasta. "Os gastos de R$ 228.64 mil no conserto de sete carros se reportam quando a secretaria era comandada pelo deputado Arthur Cunha Lima", diz Gervásio.

Ontem, o tema foi discutido no plenário da Assembléia, momento em que o deputado estadual Luiz Couto (PT) voltou a denunciar que o auditor de contas públicas havia sido torturado pelo atual secretário de Cidadania e Justiça, Adalberto Targino, e pelo defensor público e pastor Carlos Roberto Barbosa. Gervásio diz que a denúncia "não passa de uma deslavada mentira arquitetada por um desequilibrado".

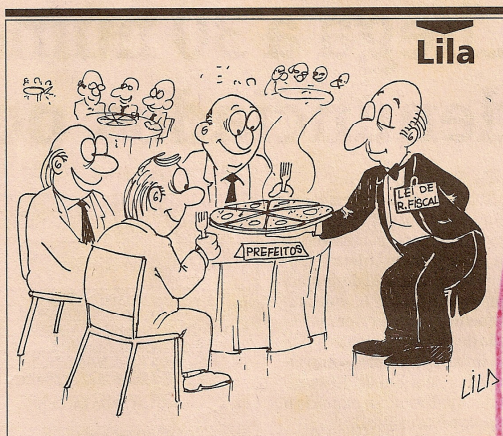
O líder do Governo, entretanto, admite que o secretário agrediu verbalmente o auditor Rivaldo Targino, "mas, se assim agiu, foi em legítima defesa, já que o agressor invadiu o seu gabinete de faca-peixeira em punho e lhe fazendo ameaças", denuncia o deputado. "Apenas cerca de 50 dias depois é que Rivaldo Targino apareceu com uma armadilha bem urdida, tendo como instrumento do crime uma gravação com uma suposta voz do secretário ou do pastor", diz Gervásio.

Parecer técnico

Sobre a denúncia envolvendo Arthur Cunha Lima, Gervásio lembra que o procurador do Estado, Sebastião Lucena, emitiu parecer técnico-jurídico fazendo uma análise da representação (denúncia) feita por Rivaldo Targino ao Ministério Público. Um dossiê apresentado pelo procurador afirma que Rivaldo Targino não teria feito qualquer menção direta ou indiretamente contra a pessoa do secretário Adalberto Targino. "Ele elogia nos documentos, ressaltando a firmeza moral, honestidade e zelo com a coisa pública", diz o peemedebista.

No parecer, segundo Gervásio Maia, todas as denúncias são direcionadas contra o técnico Sinval Alves de Carvalho, coordenador da Unidade Setorial Financeira da Secretaria de Cidadania e Justiça. O técnico foi nomeado então por Arthur Cunha Lima e as denúncias se referem ao ano de 1996, ano em que o ronaldista estava à frente da Pasta, deixa claro Gervásio. Adalberto Targino, segundo o deputado, não residia na Paraíba.

As denúncias contra Sinval Alves foram apuradas por uma comissão especial de sindicância administrativa, que não encontrou indício de que houvera o crime atribuído a ele. Também foi feita devassa em todos os documentos apresentados por Rivaldo e nem assim havia, textualmente, culpados. Sinval foi afastado do cargo para que o caso fosse apurado.

Lila

Propaganda Eleitoral

Existem muitos temas polêmicos no debate da reforma política e eleitoral que se esboça no Congresso.

O Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, é um dos que defendem o financiamento público para as campanhas eleitorais. Outros Senadores acham que será inoportuna essa mudança, quando os trabalhadores lutam por aumento em seu salário e os pobres ainda não têm sido bem assistidos pelo poder público.

A opinião do Senador Pedro Simon, que foi Governador de seu Estado, e tem exercido permanentemente mandatos eletivos, tem especial destaque. É que ele vai lançar-se, brevemente, candidato pelo PMDB à Presidência da República.

O político gaúcho é um daqueles que não poupam críticas a atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, embora sempre mantendo o respeito que se deve à mais alta autoridade do país. Nisto Pedro Simon distancia-se muito do seu colega Senador Roberto Requião, do Paraná, também do PMDB, o qual só é excedido no desrespeito e no rancor ao Presidente da República pela Senadora Heloísa Helena, do PT de Alagoas.

Outra idéia defendida pelo Senador Pedro Simon é no que se refere à propaganda gratuita pelo rádio e televisão. Ele propõe que as campanhas sejam mais curtas e que os programas na televisão sejam feitos ao vivo. A produção dos programas eleitorais no horário gratuito das emissoras de televisão aca-

Impunidade: estímulo legal

Ailton Elisiário (*)

Na história brasileira a impunidade tem sido a regra. Vem desde o tempo da colonização, quando nosso território dividido em capitanias hereditárias, foi entregue às famílias privilegiadas da corte lusitana, as quais não se submetiam às leis, mas ditavam-nas segundo seus prazeres e interesses.

A máxima de que todos são iguais perante a lei não goza de credibilidade nenhuma, servindo apenas para iludir os incautos. A legislação processual pátria, que deveria ser bastante simples para permitir a prestação da justiça de uma forma acelerada, peca por tantos meandros inúteis e desnecessários, que termina por beneficiar o infrator ou o criminoso. Um processo quando iniciado pode se eternizar, sem nunca chegar a uma sentença, tantas são as possibilidades de protelações e recursos.

Para mera ilustração, a lei falimentar determina que um processo desta natureza deve estar concluído num prazo máximo de dois anos, quando o que se vê são processos de falência e de concordata se arrastarem por anos e anos, ultrapassando décadas. Os processos de execução contra devedores solventes por quantias certas são outros, nos quais os devedores conseguem procrastiná-los com filigranas que, muitas vezes chegam à beira do ridículo, sob os olhares passivos dos juízes. E quando o réu é o Poder Público, pior ainda, pois além do favorecimento legal da multiplicação dos prazos para requerer e contestar, ainda os processos devem ser submetidos ao duplo grau de jurisdição, ou seja, não importa a sentença, esta deverá ser apreciada pelos tribunais.

Tenho exemplos disto no meu próprio cabedal de ações: uma concorda iniciada em 1990 sem horizonte de conclusão, um processo de execução movido em 1995 que até hoje não se conseguiu penhorar bens do devedor, um processo de embargos à execução que nas mãos do julgador aguarda sua sentença há quase 1 ano, uma execução fiscal embargada que desde o Governo Collor não foi julgada, e por aí vai.

Por sua vez, a despesa judicial é outro fator de estímulo à impunidade. Custas exorbitantes terminam por impedir que o pobre tenha acesso à Justiça, quando a lei e a justiça surgiram para defender os fracos. A defensoria pública não funciona bem, pois lhe falta estrutura e interesse para que exerça suas atribuições. Nem os juizados especiais conseguem adequadamente cumprir a missão para a qual foram criados.

Enquanto os ricos se mantiverem impunes, enquanto o Estado não investir nas defensorias e nos juizados, enquanto os defensores públicos não se dedicarem às causas que lhes são designadas, enquanto advogados não compreenderem que também exercem um "munus" público, enquanto juízes não se impregnarem de um verdadeiro espírito de justiça punindo os procrastinadores e acelerando seus julgamentos, enquanto desembargadores e ministros não se desvencilharem da vaidade da autoridade jurídica, enquanto oficiais de justiça não cumprirem com presteza os mandados lhes distribuídos, enquanto tudo isto acontece, como o cidadão poderá acreditar na Justiça?

Dar um basta à impunidade, é o que realmente a sociedade quer. Para isto, porém, há que não somente se efetivem mudanças na legislação, mas também na estrutura e funcionalidade do Poder Judiciário. A sociedade está cansada de tanta impunidade, mas o que advirá se ela perder a esperança na Justiça? O caos e a vindita, certamente, ocuparão o seu espaço.

(*) Professor e Advogado

O NORTE João Pessoa, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2000 A15

■ EX-GOVERNADOR CHINÊS SERÁ FUZILADO

CORRUPTO CONDENADO

O acusado deve morrer por receber propinas durante quatro anos de administração

Pequim - O ex-vice-governador de uma província chinesa do sul do país foi condenado à morte por reunir uma fortuna com o recebimento de subornos, principalmente de companhias provinciais, informou ontem o principal jornal estatal chinês. Depois de dois dias de julgamento, a corte intermediária popular da cidade de Nanchang decidiu terça-feira que Hu Changqing deve morrer por receber propinas avaliadas em 5 44 milhões de iuans (US$ 658 mil) durante os quatro anos em que ocupou o gabinete como oficial responsável pela política religiosa e como vice-governador de Jiangxi.

Hu é o mais alto funcionário do governo a ser condenado durante a campanha dos líderes do partido comunista chinês contra a abrangente corrupção que assola o país. Eles esperam que a campanha, e a condenação de pessoas detentoras de altos cargos como Hu, ajude a devolver credibilidade ao partido.

O Diário do Povo, principal jornal do país, publicou a condenação de Hu com estardalhaço na primeira página da edição de ontem. O ex-vice-gonernador recebeu propinas mais de 90 vezes de 18 pessoas e companhias em Jiangxi, informa o diário. Dentre os "presentes" figuravam dólares norte-americanos e de Hong Kong.

A corte descobriu que Hu tinha 1,6 milhão de iuans em propriedades, pelas quais não conseguiu prestar contas, além de ter pago 80 mil iuans (US$ 9,7 mil) em suborno para promover sua carreira, informa a reportagem. Os três jurados que decidiram o destino do político determinaram a morte de Hu e o confisco de todos os seus bens. " A atitude de Hu Changqing de receber e pagar propinas e sua obscura fonte de recursos é um caso extremamente grave envolvendo um alto líder. Sua natureza é muito séria, suas características perniciosas e seus efeitos danosos para a sociedade", afirma o jornal do partido comunista.

Apesar da publicidade dada ao caso Hu, os líderes chineses controlam cuidadosamente da liberação de informações sobre os maus atos de seus altos funcionários. A mídia do país, totalmente controlada pelo Estado, tem estado praticamente muda sobre as investigações de contrabando na província de Fuji. O caso é considerado o maior escândalo envolvendo corrupção no país desde que os comunistas chegaram ao poder, 50 anos atrás.